

“A CARNE BRASILEIRA E O ACORDO MERCOSUL-UE”



REPÓRTER
BRASIL



“A CARNE BRASILEIRA E O ACORDO MERCOSUL-UE”

EDITOR

Marcel Gomes

PESQUISA E TEXTO

André Campos (Coordenação)
Carlos Juliano Barros

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Almeida

FOTO DE CAPA

Christiano Antonucci/Secom-MT e Marcio Isensee e Sá/Repórter Brasil

Esta publicação foi realizada com o apoio da Friends of the Earth Europe

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO

Marília Ramos

ENDEREÇO

Rua Bruxelas, 169.
São Paulo - SP – Brasil
CEP 01259-020

CONTATOS

 biobr@reporterbrasil.org.br

 [ONGReporterBrasil](https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil)

 [@reporterb](https://twitter.com/reporterb)

(55 11) 2506-6570



**REPÓRTER
BRASIL**

SUMÁRIO

PANORAMA ECONÔMICO	04
▶ Rebanho, área ocupada e empregos.....	04
▶ Participação no mercado internacional.....	04
▶ Destino das exportações.....	05
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	06
▶ Agropecuária e mudanças climáticas.....	06
▶ Carne e desmatamento.....	07
▶ Conflitos fundiários.....	08
▶ Trabalho escravo.....	08
▶ Avicultores integrados.....	09
▶ Trabalho em frigoríficos.....	10
MULTINACIONAIS DA CARNE	11
▶ Líderes do setor.....	11
▶ Política dos “campeões nacionais”.....	12
▶ Presença na Europa.....	12
ESTUDOS DE CASO	13
▶ Desmatamento ilegal.....	15
▶ Cerrado.....	17
▶ Impactos sobre comunidades tradicionais e povos indígenas.....	19
▶ Casos de trabalho escravo.....	22
▶ Exemplos de outros impactos trabalhistas.....	23
IMPORTAÇÕES EUROPEIAS	24
▶ Grupo Schwarz.....	25
▶ Aldi.....	25
▶ Carrefour.....	25
▶ Tesco.....	25
▶ Rewe.....	26
▶ Edeka.....	26
▶ Sainsbury’s.....	26
▶ Casino.....	26
▶ Tönnies.....	27
INVESTIDORES	27
▶ JBS.....	28
▶ Marfrig.....	31
▶ Minerva.....	33
▶ BRF.....	35
O ACORDO UE-MERCOSUL	38
▶ Introdução.....	38
▶ O que diz o acordo.....	39
▶ Carne Bovina.....	39
▶ Carne de frango e carne suína.....	41
OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO ACORDO UE-MERCOSUL	42
▶ Contexto.....	42
▶ Mitigação de impactos.....	44
▶ Lacuna: rastreabilidade.....	45
▶ Lacuna: devida diligência.....	45
▶ Lacuna: inclusão de comunidades tradicionais e direitos humanos.....	46

PANORAMA ECONÔMICO

REBANHO, ÁREA OCUPADA E EMPREGOS

O Brasil abriga grande parte da população mundial de animais para consumo humano. É o lar do segundo maior rebanho global de bovinos, sendo superado apenas pela Índia no setor¹. Também ocupa a segunda posição entre os maiores produtores de aves – ranking que é liderado pelos Estados Unidos –, além de possuir, em seu território, 3% da população suína do planeta².

Vivem no Brasil mais bois e vacas (213 milhões de cabeças, numa estimativa conservadora)³ do que pessoas (212 milhões de pessoas)⁴. Já o contingente de aves – frangos, frangas, galos, galinhas e pintinhos – é ainda maior, estimado em 1,5 bilhão de animais⁵.

Nenhuma atividade produtiva do país abarca parcela tão grande do território nacional quanto a pecuária bovina. A área ocupada com pastagens foi estimada, no último Censo Agropecuário, em 159 milhões de hectares⁶. É o equivalente a 19% do território brasileiro.

Não é de se estranhar, portanto, que o setor seja um dos mais importantes empregadores da economia nacional. O Brasil possuía, em 2017, 6,8 milhões de pessoas trabalhando em fazendas dedicadas à criação de animais. A pecuária bovina absorveu a maior parte dessa mão de obra (4,8 milhões de pessoas), seguida pela criação de aves (1,3 milhões) e de suínos (332 mil)⁷.

Já na indústria de proteína animal são aproximadamente 500 mil trabalhadores empregados diretamente no abate e no processamento de carnes⁸.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

Apesar de produzir menos frangos do que os Estados Unidos, o país já há algum tempo é a maior força no comércio internacional do produto. De cada doze quilos exportados globalmente, aproximadamente quatro têm origem no Brasil. A liderança se repete no setor de carne bovina, onde as exportações brasileiras alcançaram 24% do comércio global em 2020⁹.

Já no mercado de carne suína, a participação é mais modesta. O Brasil figura atualmente como o 4º maior exportador, com 10% do volume negociado – atrás dos Estados Unidos, da União Europeia e do Canadá¹⁰.

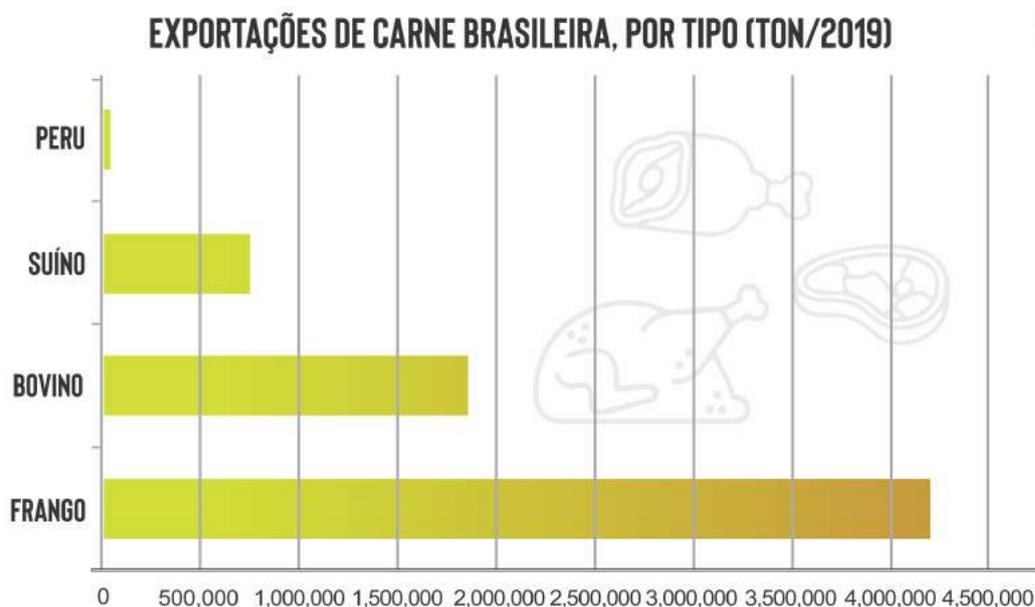


Figura 1 – Fonte: Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

Apesar da crescente importância das exportações para o mercado de proteína animal brasileiro, o mercado interno segue absorvendo a maior parte da produção – 75% da carne bovina, 74% da carne suína e 71% das carnes de aves¹¹.

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

A carne brasileira é hoje consumida em mais de uma centena de países, e pode ser encontrada em todos os continentes. A Ásia, o Oriente Médio e a África destacam-se como os principais polos importadores atuais. Entre os países, é a China quem se destaca atualmente como o principal destino. Em 2019, o país asiático absorveu 26,7% do volume total de carne bovina exportado pelo Brasil¹², 13,9% do da carne de frango¹³ e 33,2% da carne suína¹⁴.

Atualmente, A União Europeia responde por uma parcela minoritária das importações de carnes bovinas (5,7%) e de frango (6,1%). O bloco não importa carne suína brasileira e absorve volumes reduzidos de outras aves – peru e pato – exportadas pelo Brasil.

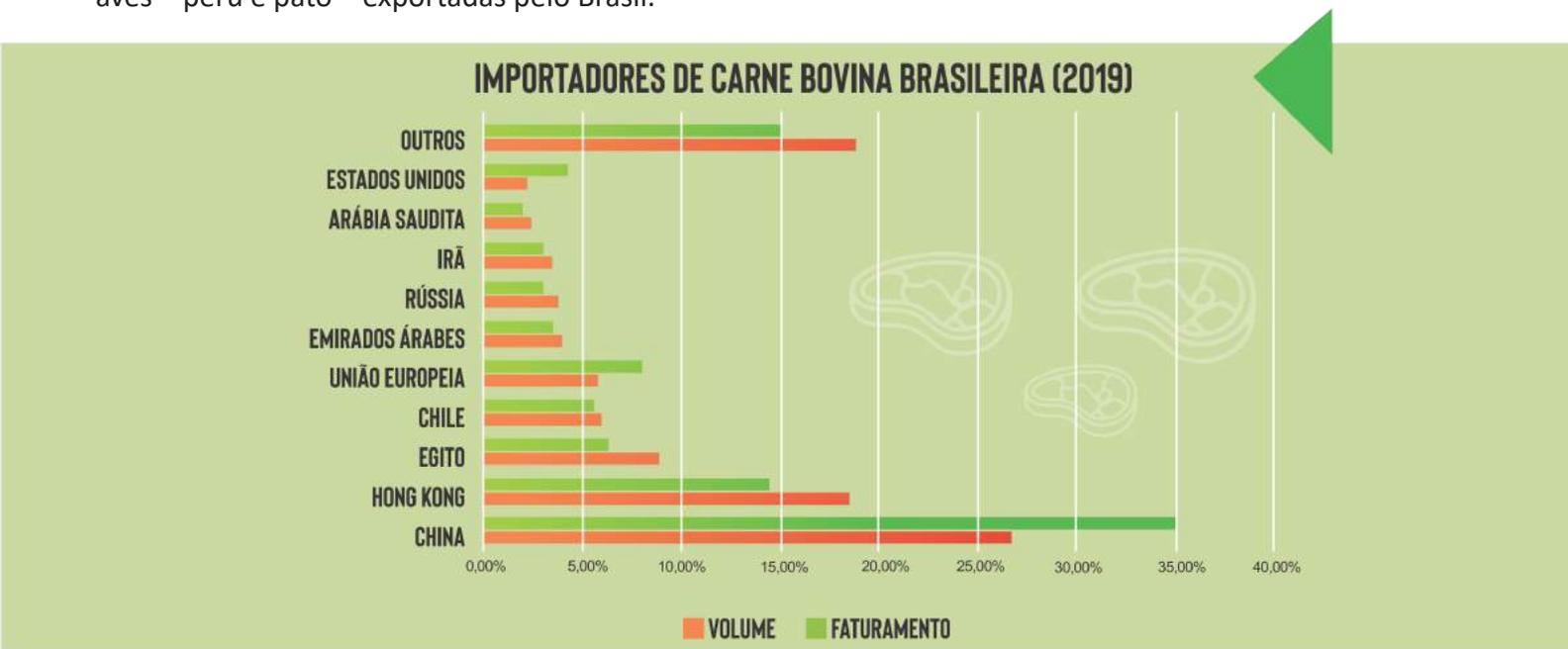


Figura 2 – Fonte: Abiec

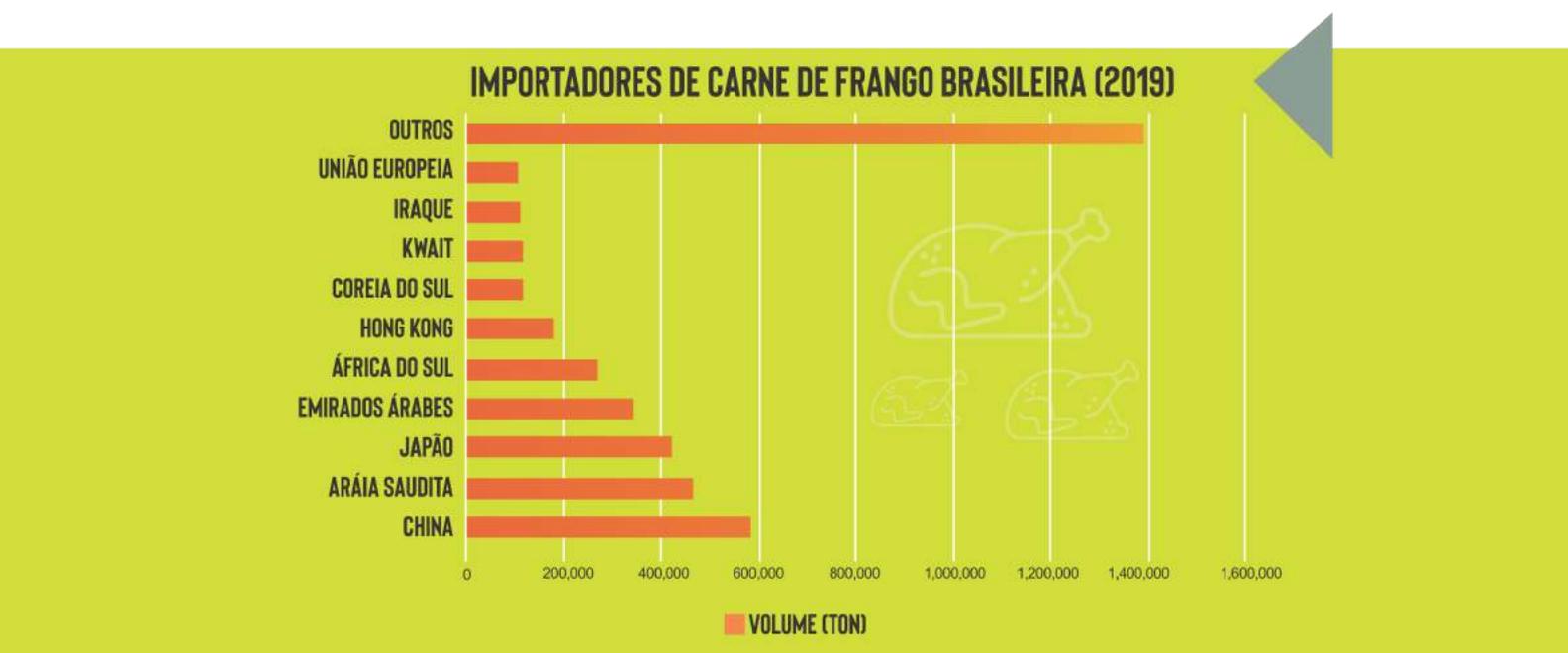


Figura 3 - Fonte: ABPA

Apesar de possuir uma posição secundária no segmento de carnes in natura, as exportações para União Europeia ocupam papel de destaque num outro filão específico: as carnes processadas, de maior valor agregado. Carnes processadas são aquelas que passam por processos industriais visando realçar o sabor do produto ou aumentar seu tempo de armazenamento. Nesse contexto, estão entre os produtos exportados pelo Brasil as carnes enlatadas – corned beef, por exemplo –, beef jerky e nuggets. A União Europeia absorveu, em 2019, 34,2% das exportações brasileiras de carne bovina¹⁵ processada e a maior parte (72,8%) da carne de frango industrializada¹⁶.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

AGROPECUÁRIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A agropecuária é atividade que mais contribui para as mudanças climáticas no contexto brasileiro. Entre 1990 e 2018, o setor foi responsável, sozinho, por 80% das emissões de gases do efeito estufa no país¹⁷. O percentual leva em conta tanto as emissões diretas quanto indiretas registradas no setor.



Criação de gado avança em área florestal recém queimada (Foto: Daniel Beltra/Greenpeace)

Entre as emissões diretas, a criação de gado é a principal fonte devido às altas quantidades de metano (CH₄) produzidas pela fermentação no rúmen dos animais. Mas é o impacto indireto, provocado pelo desmatamento, que responde pela maior parte da pegada ecológica na agropecuária nacional.

Somente em 2018, a derrubada de florestas na Amazônia brasileira emitiu 499 milhões de toneladas brutas de CO₂ equivalente (MtCO₂e) – 25,7% das emissões totais no país. No Cerrado, o segundo bioma brasileiro mais afetado pelo desmatamento, as emissões foram de 168 MtCO₂e naquele ano – ou seja, 8,7% do total. Nada menos do que 44% das emissões em território brasileiro foram oriundas da conversão de matas nativas em áreas produtivas – principalmente fazendas. Outros biomas, como o Pantanal e a Caa-

tinga, também são afetados¹⁸.

Entre 2004 e 2012, houve um declínio significativo nas taxas de desmatamento anual registradas no Brasil, e o país chegou a reduzir suas emissões totais pela metade no período. A partir de 2013, no entanto, ocorreu uma reversão de tendências. As emissões voltaram a subir – em grande medida devido à retomada do desmatamento na Amazônia¹⁹.

O padrão das emissões no Brasil é bastante distinto daquele verificado em grandes economias globais como os Estados Unidos, a China e a União Europeia. Nelas, o setor energético se destaca como o principal emissor. Devido à crise econômica e de mobilidade provocadas pela pandemia de Covid-19, há inclusive a previsão de uma queda inédita das emissões, ao longo de 2020, nas maiores economias do planeta.

Mas o Brasil segue na contramão desse movimento, visto que a crise provocada pela pandemia não reduziu a dinâmica de derrubada das matas nativas. O Observatório do Clima²⁰ estima que as emissões locais, em 2020, possam crescer entre 10% a 20% em comparação com 2018 – último ano com dados já disponíveis. Isso a depender da trajetória do desmatamento na Amazônia e do ritmo de recuperação da economia²¹.

Na verdade, dados preliminares já apontam para um aumento das queimadas e desmatamento em 2020 na comparação com o ano anterior²².

CARNE E DESMATAMENTO

A pecuária bovina é hoje o principal vetor do desmatamento na Amazônia. Em torno de 65% da área desmatada no bioma é ocupada por pastos, segundo os dados oficiais mais recentes sobre mudanças no uso do solo mapeados pelo governo brasileiro²³.

A situação reflete a expansão vertiginosa do rebanho bovino na região amazônica durante os últimos 40 anos. O número de bois e vacas pastando nos estados da Amazônia Legal se multiplicou por dez no período. Passou de 8,4 milhões de cabeças em 1978 – então o equivalente a 8% do rebanho nacional – para 87 milhões em 2018. Este número responde, hoje, por 41% do contingente bovino brasileiro²⁴.

A Amazônia Legal é uma subdivisão geopolítica oficial do governo brasileiro, que abrange os territórios do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e uma porção do Maranhão situada a oeste do meridiano 44º W. Além de todas as áreas de floresta amazônica, o seu perímetro também inclui aproximadamente 20% das áreas de Cerrado no país, bem como porções do Pantanal.

Em meados de 2019, as queimadas registradas na Amazônia Legal chamaram atenção internacional. Mais uma vez, foi possível notar forte correlação entre o fenômeno e a abertura de novas áreas de pastagem. Um levantamento do Greenpeace, em agosto daquele ano, identificou que aproximadamente 90% das queimadas estavam conectadas à pecuária²⁵.

Em 2020, o cenário continuou se agravando, com focos de queimada maiores do que no ano passado sendo registrados tanto na Amazônia quanto no Pantanal²⁶.

Embora indiretamente, a produção de aves, suínos e peixes também contribui com o desmatamento, visto que o plantio de soja e milho no país destina-se principalmente à fabricação de ração animal. É verdade que a conversão direta de áreas recém-desmatadas em fazendas produtoras de grãos figura como uma realidade minoritária no país. No entanto, a expansão da agricultura no Cerrado e na Amazônia, ocorrendo especialmente em antigas pastagens degradadas, faz parte de uma complexa dinâmica fundiária que ajuda a deslocar o crescimento do rebanho bovino para regiões de fronteira agrícola.

A maior parte da soja plantada no Brasil está localizada no Cerrado. A área ocupada pelo grão no bioma mais do que dobrou no século 21, passando de 7,5 milhões de hectares na safra 2000/2001 para 18,2 milhões de hectares na safra 2018/2019. A expansão vinculada ao desmatamento ocorreu em 14% das áreas colhidas entre 2014 e 2019, enquanto a conversão de pastagens contribuiu com 56% da expansão no mesmo período²⁷.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS

É justamente nestas novas fronteiras agrícolas que a pecuária possui papel de destaque em conflitos fundiários envolvendo populações tradicionais. O problema é especialmente notado nas frentes de expansão do gado sobre a floresta nativa.

As populações indígenas da Amazônia são duramente afetadas por essa realidade. Em diversos dos seus territórios tradicionais, a instalação ilegal de pastagens é o principal vetor para a perda da cobertura florestal. Trata-se de problema que vem crescendo durante o governo de Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018. Entre agosto daquele ano julho de 2019, o desmatamento nas Terras Indígenas da região chegou a 42,6 mil hectares – uma alta de 174% em relação à média entre 2008 e 2018²⁸.

Publicado em novembro de 2019, um relatório da Anistia Internacional mostrou como essa realidade afeta não somente Terras Indígenas, mas também unidades de conservação ambiental e reservas extrativistas que, por lei, vedam a presença da atividade pecuária. Focando somente cinco áreas protegidas de Rondônia e do Mato Grosso, a entidade mapeou aproximadamente 100 mil cabeças de gado e centenas de fazendas instaladas impunemente nestes locais²⁹.

“As apropriações ilegais de terras foram acompanhadas por ameaças e atos de intimidação contra os que se opuseram à apropriação ilegal das terras, entre eles povos indígenas, moradores das reservas extrativistas e agentes governamentais encarregados de proteger o meio ambiente e as terras indígenas”, diz o relatório³⁰.

TRABALHO ESCRAVO

Além do desmatamento e dos conflitos fundiários, a produção de carne também está ligada a outros relevantes impactos, inclusive sobre a mão de obra empregada no setor. A criação de gado bovino é, de longe, a atividade que concentra o maior número pessoas libertadas da escravidão contemporânea no Brasil.



Exemplo típico de abrigo precário usado por trabalhadores resgatados do trabalho escravo (Foto: Divulgação/MPT)

Desde 1995, fiscais do governo federal resgataram 17,5 mil pessoas submetidas à condição de escravos em pastagens. O número representa aproximadamente 32% dos 55 mil trabalhadores libertados no período, em todo o país e em todas as atividades. Além de liderar o ranking de resgatados, a pecuária também lidera o número total de casos. Foram aproximadamente 1,8 mil fazendas de gado flagradas empregando esse tipo de mão de obra³¹.

A maior parte dos trabalhadores afetados é composta por migrantes internos. Deixam suas casas em busca de trabalho nas áreas de expansão agrícola, ou então são arregimentados, ainda nos seus municípios de origem, por aliciadores de mão-de-obra conhecidos como “gatos”³².

Mas, ao chegar nas fazendas, deparam-se com condições indignas, totalmente diferentes daquelas prometidas durante a contratação. Situações comuns incluem alojamentos muito precários – por exemplo, barracos de lona sem paredes, no meio do mato –, onde dormem expostos a toda sorte de animais peçonhentos. Comida insuficiente e inexistência de água potável são outros problemas corriqueiros, assim como a falta de equipamentos de proteção, de assistência médica e a imposição de jornadas de trabalho exaustivas.

Em casos mais graves, dívidas ilegais, intimidação, vigilância armada e isolamento geográfico são utilizados como mecanismos para restringir a liberdade de ir e vir do trabalhador, mantendo-o preso ao serviço.

A derrubada de mata nativa e a limpeza do terreno para a renovação das pastagens são as atividades em que o crime de trabalho escravo são mais comuns no Brasil³³. Sem dinheiro para voltar para casa, e isolados geograficamente em locais distantes de qualquer centro urbano, acabam se vendo obrigados a permanecer no cotidiano de exploração imposto pelo empregador.

Por vezes, o patrão até cobra pela comida, pelo transporte e pelos equipamentos de trabalho fornecidos. A situação gera uma “dívida” ilegal, que prende à mão de obra ao serviço – visto que o pagamento ofertado muitas vezes é insuficiente para arcar com tais custos.

Em muito menor escala, casos pontuais de trabalho escravo também já foram flagrados na criação de aves. O problema afeta os chamados “apanhadores de frango”, uma mão de obra terceirizada que é o elo mais frágil dentro da cadeia produtiva avícola³⁴.

Todos os dias, milhões de frangos são transportados no Brasil das fazendas para o abate em frigoríficos. O trajeto é feito por caminhões com centenas de caixas empilhadas, cada uma delas contendo algo entre sete e dez aves. Colocar os frangos nessas caixas – e, posteriormente, as caixas em cima dos caminhões – é uma tarefa árdua, realizada por equipes que percorrem rodovias e estradas de terra a bordo de pequenas vans. Num único dia de labuta, cada uma delas, compostas por cerca de dez trabalhadores cada, visita diversas propriedades e é facilmente responsável pela apanha de mais de 50 mil animais.

Entre os diversos problemas comuns está a jornada longa e frequentemente caótica – inclusive durante as madrugadas. Em casos extremos, trata-se de um trabalhador que, conforme já descreveu um apanhador à Repórter Brasil, “só dorme mesmo no fim de semana”³⁵.

AVICULTORES INTEGRADOS

Enquanto na pecuária bovina convivem grandes, médios e pequenos fazendeiros, os criadores de frango brasileiros são, em sua grande maioria, agricultores familiares. A relação entre eles e as principais indústrias é regida pelo “sistema de integração”, que submete grande parte dos avicultores a condições bastante vulneráveis³⁶.

O sistema de integração é amplamente utilizado em muitos continentes - inclusive na Europa. Começou a ser implantado no Brasil na década de 1960, inspirado em práticas semelhantes existentes nos Estados Unidos, onde reclamações e tensões também envolvem produtores integrados e frigoríficos³⁷.

A integração é o sistema através do qual os frigoríficos adiantam os pintinhos, as rações e os remédios para os produtores rurais. Em troca, eles ficam obrigados a comercializar os frangos crescidos exclusivamente com

a empresa que forneceu essa matéria-prima. Descontados os custos de produção, o agricultor é finalmente remunerado pela indústria.

Nesse casamento desigual, os conglomerados industriais possuem enorme poder de barganha para impor preços e critérios de qualidade – o tamanho dos aviários, o peso final dos animais, técnicas de manejo etc. Critérios que, muitas vezes, demandam altos investimentos dos “parceiros” em suas propriedades.

Por outro lado, o pagamento é fonte constante de insatisfação. O peso dos frangos, a quantidade de ração consumida, a taxa de mortalidade e os medicamentos usados são alguns dos fatores na complexa fórmula que calcula o valor a ser pago ao avicultor. Há também uma espécie de competição entre os integrados. A produtividade relativa de cada um é outro aspecto levado em conta nos cálculos.

Trata-se de uma matemática considerada obscura por agricultores familiares e pelas organizações que os representam. Na prática, a grande maioria pouco entende os critérios que norteiam a sua remuneração. O resultado é um alto nível de endividamento enfrentado por muitos avicultores integrados, que relatam situações em o valor recebido sequer cobre os custos da atividade. A situação gera protestos recorrentes de avicultores contra as empresas³⁸.

TRABALHO EM FRIGORÍFICOS

Dentro das indústrias, a rotina dos trabalhadores responsáveis pelo abate de aves, suínos e bovinos envolve inúmeros riscos devido ao manuseio de instrumentos cortantes, a pressão por altíssima produtividade e, não raro, jornadas exaustivas em ambientes frios e insalubres.



O trabalho em frigoríficos está entre os piores números de acidentes e doenças ocupacionais (Foto: MPT/RS)

O setor é um importante empregador da economia nacional, respondendo por centenas de milhares de postos de trabalho. Mas é, também, um dos campeões no adoecimento da mão de obra. Entre 2012 e 2018, foram registrados oficialmente no setor 114 mil acidentes, a maior parte relacionada a cortes, esmagamentos e fraturas³⁹.

Além dos acidentes, as lesões por esforços repetitivos também afetam uma grande quantidade de funcionários. Para desossar uma sobrecoxa de frango, por exemplo, há trabalhadores que realizam até 120 movimentos em apenas 60 segundos. No longo prazo, muitos desenvolvem lesões osteomusculares – como tendinites e bursites – que podem até evoluir para um quadro de invalidez permanente⁴⁰.

Mais recentemente, assim como ocorreu em outros países, os frigoríficos também se tornaram no Brasil um foco de disseminação da Covid-19. Representantes sindicais estimam que, até agosto de 2020, cerca de 25% dos 500 mil trabalhadores do setor haviam sido contaminados⁴¹. Os dados disponíveis sugerem inclusive que o setor de abate teve papel importante para a disseminação inicial da doença. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) contabilizou que, até maio, um terço dos casos confirmados em todo o estado afetava funcionários de plantas de abate e de processamento de carnes⁴².

A escalada de casos gerou interdições, determinadas pela Justiça, em uma série de indústrias espalhadas por vários estados⁴³. Mas maioria dela foi reaberta ainda no auge da pandemia. Lideranças sindicais seguiram denunciando a falta de políticas efetivas para minimizar os riscos de disseminação da doença, como a testagem em massa dos trabalhadores, fornecimento de máscaras adequadas e a redução do número de trabalhadores dentro das unidades⁴⁴.

MULTINACIONAIS DA CARNE

LÍDERES DO SETOR

Quatro empresas ocupam posição de liderança na indústria da carne brasileira. São elas a JBS – a segunda maior companhia nacional, por critério de faturamento, atrás apenas da estatal do petróleo Petrobras –, a BRF (18ª maior), a Marfrig (19ª) e a Minerva Foods (42ª)⁴⁵.



Fiscais do meio ambiente deixam planta de abate da JBS na região amazônica (Foto: Piero Locatelli/Repórter Brasil)

Todas elas possuem origem brasileira, capital aberto e controle acionário nacional. No setor avícola, JBS e BRF são os maiores players. Entre 2015 e 2018, os dois grupos foram responsáveis por 64% das exportações totais de frango do país, segundo dados compilados pela plataforma Trase, bem como proporção semelhante (63%) do produto enviado especificamente à União Europeia⁴⁶.

Além de atuar no setor avícola, a JBS é também a maior produtora de carne bovina do Brasil, seguida por Marfrig e Minerva no segmento. A três empresas responderam, juntas, por 71% das exportações do produto entre 2015 e 2017. Em relação às vendas para a União Europeia, a concentração é ainda maior. JBS, Marfrig e Minerva enviaram 92% da carne brasileira consumida pelo bloco⁴⁷.

POLÍTICA DOS “CAMPEÕES NACIONAIS”

O domínio dessas empresas sobre a industrialização e o comércio de carnes é resultado de um processo de concentração econômica iniciado nos últimos 20 anos, com decisiva participação do Estado brasileiro.

Em 2009, a Sadia, então a maior processadora de carne de frango do país, enfrentava sérias dificuldades financeiras por conta de operações com derivativos cambiais afetadas pela crise do subprime. Foi quando anunciou a fusão de suas operações com a Perdigão, sua principal rival histórica. O negócio deu origem à BRF, numa transação patrocinada por fundos de pensão de empresas estatais e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também estatal, que adquiriram ações da nova empresa.

A JBS foi outra empresa que contou com aportes acionários e empréstimos vultosos do BNDES, recursos em grande parte utilizados na aquisição de concorrentes. Atualmente, o banco detém aproximadamente 20% das ações da processadora de carnes, cujo faturamento saltou de R\$ 3,5 bilhões em 2004 – quando ela ainda se dedicava exclusivamente ao segmento bovino – para R\$ 204,5 bilhões em 2019, ano de maior receita em vendas da história da JBS⁴⁸. Entre as outras empresas e plantas frigoríficas adquiridas no Brasil estão a Frangosul – pertencente à francesa Dour – e a subsidiária brasileira da norte-americana Tyson.

A Marfrig também recebeu, no passado, aportes do governo federal. O BNDES foi o segundo maior acionista da empresa até o fim de 2019, quando vendeu a sua participação na companhia. Em menor escala, a Minerva foi igualmente beneficiada por empréstimos do banco e de outras instituições estatais, como o Banco da Amazônia.

Estes frigoríficos estão entre os principais exemplos da política dos “campeões nacionais” que norteou a atuação do governo brasileiro durante o segundo mandato do governo Lula e o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. O objetivo central alegado era o fortalecimento de multinacionais brasileiras capazes de assumir posições de liderança global em seus respectivos segmentos de atuação. No entanto, denúncias de corrupção associadas aos empréstimos do BNDES tornaram-se rotina nos últimos anos⁴⁹.

PRESENÇA NA EUROPA

Nos últimos anos, JBS, BRF, Marfrig e Minerva também expandiram fortemente as suas operações industriais em outros países – incluindo na União Europeia.

A JBS está presente no mercado de aves europeu por intermédio da Moy Park, adquirida em 2015. A empresa é a maior processadora de frangos da Irlanda do Norte, além de possuir fábricas na Inglaterra, França e Holanda. Em 2019, a JBS também adquiriu, através de sua controlada nos Estados Unidos Pilgrim’s Pride, a processadora de carne suína britânica Tulip Company. Já na Itália a JBS é dona das processadoras de carne Rigamonti, da fabricante de embutidos Brianza Salumi e da produtora de couros Conceria Priante⁵⁰.

Por mais de uma década, a BRF também controlou plantas de processamento de frango no Reino Unido e Holanda, dedicadas principalmente ao abastecimento do setor de food service. Elas tradicionalmente utilizavam matéria-prima brasileira. As operações europeias do grupo, no entanto, foram vendidas para a multinacional norte americana Tyson Foods em 2019. A venda, segundo a BRF, foi influenciada por uma decisão

da União Europeia, que removeu 12 plantas da multinacional localizadas no Brasil da lista de exportadores habilitados para abastecer os países do bloco⁵¹.

A Marfrig, por sua vez, está presente no continente europeu através da Weston Importers, uma trading do segmento de carne que distribui os produtos do grupo no continente⁵². Já a Minerva possui dois escritórios comerciais na Europa, localizados na Itália e no Reino Unido⁵³.

ESTUDOS DE CASO

Investigações conduzidas não só pela Repórter Brasil, mas por organizações da sociedade civil e veículos de imprensa, vêm revelando que as principais companhias de proteína animal do país continuam ligadas, direta ou indiretamente, a fornecedores envolvidos em crimes e infrações sociais, ambientais e trabalhistas.



A falta de rastreabilidade do gado no Brasil é uma lacuna do setor (Photo: Marcio Isensee e Sá/Repórter Brasil)

Ao longo da última década, as empresas – principalmente no setor de abate de bovinos – até desenvolveram sistemas informatizados próprios para tentar barrar a compra de insumos produzidos em propriedades rurais com irregularidades.

Em geral, esses sistemas são alimentados com dados oficiais disponibilizados por órgãos públicos ambientais e trabalhistas. Dois exemplos são a relação de áreas embargadas por desmatamento ilegal e infrações ao meio ambiente, organizada pelo IBAMA, e a "Lista Suja" do trabalho escravo – atualmente publicada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia (SIT/ME).

Para os frigoríficos com operação no bioma amazônico, a política de controle de fornecedores foi construída principalmente a partir de 2009, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as

empresas e o Ministério Público Federal (MPF) no estado do Pará.

Conhecida como "TAC da Carne", a iniciativa está presente hoje em diversos estados amazônicos e é considerada um dos principais instrumentos de preservação da floresta frente à expansão da fronteira agropecuária. Porém, é ponto pacífico entre especialistas – e entre os próprios procuradores do MPF que idealizaram a iniciativa – que o compromisso chegou a um limite e necessita de novas ferramentas para ser cumprido⁵⁴.

Em linhas gerais, o TAC da Carne veda a compra de animais de produtores e/ou imóveis rurais envolvidos em desmatamento ilegal, exploração de mão-de-obra em condição análoga à de escravo, e criação de gado em terras indígenas e unidades de conservação.

Além de signatárias do TAC da Carne, as três maiores empresas brasileiras de carne bovina – JBS, Marfrig e Minerva – também estão comprometidas com os chamados “Critérios Mínimos para Operações de Gado em Escala Industrial no Bioma Amazônia Brasileiro”. Ao contrário do TAC, este documento não se concentra apenas no desmatamento ilegal. Ele determina que as fazendas fornecedoras localizadas no bioma amazônico não devem ter nenhum registro de desmatamento – legal ou ilegal – a partir de outubro de 2009⁵⁵.

Contudo, uma série de evidências aponta para falhas recorrentes nos mecanismos de controle e de rastreabilidade implementados pelos frigoríficos. O principal gargalo, reconhecidamente, refere-se ao mapeamento dos chamados "fornecedores indiretos".

Em outras palavras, as empresas ainda enfrentam dificuldades para impedir que pecuaristas e imóveis rurais autuados por infrações socioambientais transfiram gado a fazendas em situação regular que, por não estarem sujeitas a restrições, encaminham aos abatedouros os animais criados originalmente em áreas com problemas. A prática de driblar as condicionantes estabelecidas pelos frigoríficos para compra de animais é popularmente conhecida por "lavagem" ou "esquentamento" de gado.

Desde julho de 2020, os frigoríficos signatários do TAC da Carne vêm seguindo um protocolo elaborado pela certificadora Imaflora, a pedido do MPF, para padronizar os critérios para a compra de animais.

O objetivo é garantir que os sistemas próprios, criados pelos frigoríficos, operem sob as mesmas balizas, evitando entendimentos diferentes que possibilitam a produtores bloqueados em uma empresa vender gado a outra companhia. Porém, há ainda um longo caminho para coibir definitivamente a prática do "esquentamento".

Um dos principais gargalos do rastreamento do gado na Amazônia é a falta de transparência das Guias de Trânsito Animal (GTAs). Emitidas por órgãos estaduais de defesa agropecuária, elas informam a origem e o destino de qualquer transporte de bois – entre propriedades rurais ou entre fazendas e frigoríficos.

Apesar de um animal passar por duas ou três fazendas durante seu ciclo de vida, hoje apenas a fornecedora direta (a última fazenda) consegue ser monitorada pelas companhias que assinaram o TAC.

Além disso, as informações contidas nas GTAs não são totalmente acessíveis. As agências disponibilizam essa informação de forma agregada, através de um sistema de consulta que impossibilita acompanhar as transações em tempo real.

O atual sistema de GTAs também é criticado por empresas de abate de animais por dificultar o monitoramento de fornecedores. A JBS, por exemplo, afirma que vem discutindo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) uma reformulação do procedimento para a emissão desses documentos. A empresa propõe que um novo programa seja capaz de cruzar automaticamente diversos dados sobre as propriedades que solicitam as GTAs⁵⁶.

Outro desafio é consolidar as regras de preservação do bioma amazônico, previstas no TAC da Carne, também no Cerrado. Há estados – caso principalmente do Mato Grosso – que fazem parte da região administrativa denominada "Amazônia Legal" e que possuem formações vegetais típicas de ambos os biomas. Porém, o compromisso público firmado pelas companhias de proteína animal ainda não contempla efetivamente o Cerrado⁵⁷.

DESMATAMENTO ILEGAL

Nos últimos anos, diversos estudos de caso publicados pela Repórter Brasil e organizações parceiras vêm demonstrando a fragilidade dos sistemas de controle de fornecedores dos frigoríficos brasileiros que atuam em ecossistemas sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado⁵⁸.

Um exemplo é o da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara (Agro SB), importante fornecedora da JBS na Amazônia. A companhia é ligada ao grupo econômico fundado pelo banqueiro Daniel Dantas, figura notória no Brasil pelo envolvimento em grandes escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro. Ao longo dos últimos quinze anos, a Agro SB adquiriu uma série de propriedades rurais no sudeste do Pará. Estima-se que a companhia controle cerca de 500 mil hectares de terra e um rebanho aproximado de 200 mil cabeças de gado⁵⁹. Uma investigação publicada pela Repórter Brasil em outubro de 2019 revelou que a Agro SB transferiu gado da Fazenda Lagoa do Triunfo – com área embargada pelo Ibama e um débito da ordem de R\$ 70 milhões em multas – para outra propriedade do grupo, sem pendências ambientais. Posteriormente, o imóvel rural forneceu gado a diversas unidades da JBS no Pará⁶⁰.

Outro exemplo de "triangulação" envolveu pastagens abertas no Parque Estadual Serra Ricardo Franco, unidade de conservação localizada no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia. Nas fazendas Paredão I e II, há registro de mais de 2 mil hectares desmatados ilegalmente. Segundo o Ministério Público estadual, os dois imóveis rurais foram constituídos depois da criação oficial da reserva ambiental.

O dono de uma das áreas é Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil durante o mandato do ex-Presidente da República, Michel Temer. Um de seus antigos assessores também figurava como sócio na propriedade rural. Entre abril de 2018 e junho de 2019, mais de 4 mil cabeças de gado foram encaminhadas para uma fazenda localizada fora do parque, registrada em nome do sócio e ex-assessor de Padilha. Essa mesma fazenda forneceu animais para unidades frigoríficas da JBS, Marfrig e Minerva⁶¹.

Outro mecanismo usado para confundir os sistemas de controle dos frigoríficos é o fracionamento dos registros de propriedades rurais autuadas por infrações ambientais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Criado pelo governo federal brasileiro, o CAR é uma importante ferramenta de gestão da estrutura fundiária do país. Consiste em uma base de dados com coordenadas georreferenciadas que permitem a identificação da localização das propriedades rurais, bem como a delimitação de reservas legais para preservação do meio ambiente.

É importante ressaltar que a prática de subdividir uma mesma propriedade em lotes com diferentes registros no CAR é expressamente proibida por instruções normativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Trata-se, portanto, de uma fraude.



DRIBLANDO O MONITORAMENTO: O CASO DA FAZENDA LEÃO

A Repórter Brasil investigou um caso específico sobre uma potencial fraude no registro do CAR da Fazenda Leão, localizada em Jauru (MT).

O monitoramento por satélites do sistema Prodes, mantido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), detectou 36,5 hectares desmatados na propriedade em 2016. Nesse período, não houve licença ambiental expedida pelos órgãos competentes autorizando a supressão vegetal.

No caso da Fazenda Leão, o registro no CAR foi desmembrado em duas áreas diferentes, apesar de contíguas. O desmatamento irregular aconteceu na maior das duas porções. Dessa maneira, a outra continuaria apta a comercializar o gado com as empresas signatárias do TAC da Carne.

Fracionar registros no CAR contraria as regras estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para preenchimento do cadastro. De acordo com uma instrução normativa que regula o tema, "os proprietários ou possuidores de imóveis rurais, que dispõem de mais de uma propriedade ou posse em área contínua, deverão efetuar uma única inscrição para esses imóveis".

"Existem fraudes no CAR de todo tipo e um dos tipos é esse [o fracionamento dos registros]", explica o procurador Daniel Avelino, sem analisar especificamente o caso da Fazenda Leão. "O CAR é declaratório, não tem verificação. Inicialmente, era responsabilidade do governo federal. Depois, passou para os estados, que também não fizeram. Como não tem validação, fica muito fácil praticar fraude", completa.

A Fazenda Leão está registrada em nome de Vanilda Ferreira Dutra. Ela foi localizada pela reportagem e questionada sobre o desmatamento na propriedade rural, mas não respondeu aos pedidos de esclarecimento.

Em fevereiro de 2019, a Fazenda Leão vendeu gado para a unidade da JBS em Araputanga (MT). Em nota, a empresa afirmou que "as operações de compras de gado e todo o sistema de monitoramento de fornecedores da Companhia são auditados anualmente, de forma independente". Ainda segundo o texto, os resultados das auditorias — divulgados no site da empresa — "revelam que mais de 99,9% das compras de gado da JBS, de fazendas localizadas na região amazônica, cumprem com os critérios socioambientais da empresa"⁶².

Também há casos em que os sistemas de controle dos frigoríficos demoram a incorporar informações sobre fiscalizações realizadas pelos órgãos públicos competentes. Um exemplo é o do pecuarista Adriano José de Mattos, autuado em janeiro de 2019 pelo Ibama por criar gado em uma área de 106 hectares ilegalmente aberta dentro da APA Triunfo do Xingu, no Pará. O órgão ambiental já havia proibido qualquer atividade agropecuária no local em 2016⁶³.

No mês seguinte, fevereiro, o produtor enviou animais para a planta frigorífica da Marfrig no município de Tucumã, apontando como origem do rebanho uma fazenda distante três quilômetros da gleba dentro da APA Triunfo do Xingu embargada pelo Ibama⁶⁴. A Marfrig argumentou que a informação sobre a área embargada não estava disponível no site do órgão ambiental federal quando efetuou a compra de animais do produtor⁶⁵. Ainda na APA Triunfo do Xingu, o produtor rural José Ronan Martins da Cunha foi multado em abril de 2019 por destruir 50 hectares da unidade de conservação no Pará. Em julho do mesmo ano, Cunha vendeu animais à planta de abate da JBS em Tucumã, no Pará. De acordo com documentos analisados pela Repórter Brasil, o gado foi encaminhado a partir de outra propriedade do pecuarista localizada fora da APA - um caso típico de "triangulação"⁶⁶.

Cunha também já figurou na "Lista Suja", depois de uma fiscalização flagrar, em 2016, trabalhadores em condições análogas às de escravos em uma fazenda de sua propriedade em São Félix do Xingu. Porém, é importante ressaltar que ele comercializou gado com a JBS quando seu nome já não constava mais do registro oficial do governo federal⁶⁷.

CERRADO

Como já mencionado anteriormente, os sistemas de controle de fornecedores dos frigoríficos, no caso específico do Cerrado, têm ainda mais lacunas, quando comparados às plataformas desenvolvidas pelas empresas para lidar com a compra de gado no bioma amazônico.

Isso se deve à inexistência de um compromisso público claro e eficaz capaz de responsabilizar as companhias de proteína animal, como o TAC da Carne, e também à incipiente assimilação por parte dos frigoríficos dos dados públicos disponíveis.

Nesse ponto, é importante ressaltar que, nos últimos anos, surgiram ferramentas para rastrear a devastação por meio de imagens de satélite organizadas pelo INPE. Desde 2018, o instituto estendeu ao Cerrado o mesmo mapeamento que realiza na Amazônia, com alertas sobre focos de incêndio e um arquivo de imagens com o histórico de derrubada da vegetação. Mas essas informações ainda não foram devidamente integradas às bases de dados das empresas de abates de bovinos⁶⁸.

Por essa razão, há casos em que infrações ambientais passaram completamente despercebidas pelos sistemas de controle dos frigoríficos.

Um exemplo é o de uma propriedade rural que fornece gado à planta da JBS em Diamantino, no Mato Grosso: a Fazenda Lua Clara.

Em 2015, uma operação da Sema-MT (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso) em conjunto com a Polícia Militar multou o proprietário da fazenda — Eric Von Wagner — em R\$ 354 mil por derrubar mata sem autorização. Três anos depois, ele foi novamente autuado pela Sema-MT, desta vez por desmatamento irregular nas margens de uma estrada que atravessa a fazenda.

O sistema de monitoramento do Inpe revela que, entre 2015 e 2016, um total de 835 hectares foi suprimido na Fazenda Lua Clara. No sistema da Sema-MT, não há nenhuma permissão para desmatamento.

A Repórter Brasil entrou em contato com Eric Von Wagner, mas ele se negou a responder as perguntas sobre as áreas desmatadas. A Sema-MT também foi procurada e questionada sobre os dois casos investigados, mas não respondeu. Já a JBS se pronunciou por meio de nota. “Para promover a transparência de suas ações, as operações de compras de gado e todo o sistema de monitoramento de fornecedores da Companhia são auditados anualmente, de forma independente”, afirma o texto⁶⁹.

DESMATAMENTO NO CERRADO: O CASO DA RLA AGROPECUÁRIA

Quando se trata de desmatamento no Cerrado, um dos exemplos investigados pela Repórter Brasil é o da Fazenda Prata, em Paranatinga (MT). A propriedade, que pertence à companhia RLA Gonçalves Agropecuária, tem mais de 41 mil hectares.

De acordo com um relatório técnico de maio de 2017, realizado por determinação do Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MP-MT), o imóvel rural está localizado em uma “importante zona ecológica com elevada biodiversidade em região de transição entre Cerrado e Amazônia”. O laudo ressalta ainda a “proximidade de terras indígenas e a presença de 260 nascentes que drenam para o Alto Rio Xingu”.

O mesmo relatório aponta que, entre 2011 e 2016, cerca de 616 hectares de vegetação nativa da fazenda foram suprimidos sem licença ambiental. A empresa responsável pela Fazenda Prata chegou a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP estadual para recompor o passivo ambiental. No entanto, o monitoramento por satélites do sistema Prodes/Cerrado do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) revela novos desmatamentos sem permissão após esse período.

Entre 2018 e 2019, a Fazenda Prata forneceu animais para a unidade da JBS em Diamantino (MT) e para o abatedouro da Marfrig em Paranatinga (MT). A RLA Gonçalves Agropecuária também transferiu animais da Fazenda Prata para engorda em outra propriedade do grupo, a Fazenda Diamante. Localizada no município de Poxoréu (MT), a estância forneceu gado a duas plantas frigoríficas da Marfrig no Mato Grosso.

Procuradas, as duas companhias confirmaram a relação comercial com a RLA Gonçalves Agropecuária. Em nota, a Marfrig afirma que a unidade de Paranatinga teve suas operações encerradas em dezembro de 2019. O texto diz que a empresa está “iniciando negociações para a expansão do monitoramento geoespacial também para o Cerrado”.

Já a JBS não fez comentários específicos sobre o caso e afirmou que “a rastreabilidade de toda a cadeia da carne, embora seja uma tarefa complexa, pode ser alcançada no médio prazo”.

A Repórter Brasil também fez contato com a RLA Gonçalves Agropecuária. “A Fazenda [Prata] continua sendo uma das mais preservadas de toda a região”, afirma a nota emitida pela empresa. Sobre as áreas desmatadas, a companhia afirma que elas foram abertas décadas atrás e se enquadram no conceito de “uso consolidado”.

No que diz respeito ao acordo firmado com o MP-MT, a nota diz que “legalmente os TACs devem ser adequados à legislação vigente e, de acordo com o novo Código Florestal, estamos totalmente adequados”⁷⁰.

IMPACTOS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS INDÍGENAS

Alguns exemplos demonstram como pecuaristas envolvidos em violações aos direitos fundamentais de comunidades tradicionais e povos indígenas se valeram de expedientes para driblar as restrições impostas por frigoríficos. Os casos aqui relatados aconteceram não só no Brasil, mas também no Paraguai.



Invasores criando gado em terras indígenas é realidade rotineira no Brasil (Foto: Lunaé Parracho/Repórter Brasil)

A Repórter Brasil investigou dois episódios que ilustram os subterfúgios utilizados por pecuaristas para fazer chegar aos abatedouros o gado criado ilegalmente em duas terras indígenas na Amazônia paraense: Apyterewa e Ituna-Itatá.

A unidade frigorífica de Tucumã (PA) da Marfrig recebeu animais da Fazenda JR, que tem 8% de seu perímetro dentro da Terra Indígena Apyterewa, segundo as coordenadas georreferenciadas da propriedade registradas no CAR.

Sobre esse caso específico, a direção da Marfrig afirmou que as coordenadas da Fazenda JR colocavam o imóvel rural na margem de erro de até 10% prevista em uma norma expedida pelas autoridades competentes em 2010, devido a falhas cartográficas comuns no registro de imóveis rurais da região amazônica⁷¹.

A Marfrig – assim como a sua principal concorrente, a JBS – também está ligada a pecuaristas instalados ilegalmente em outra terra indígena da Amazônia paraense: Ituna-Itatá. De acordo com uma investigação publicada pelo Greenpeace, realizada em colaboração com a Repórter Brasil⁷², a Ituna-Itatá acumulou o maior desmatamento ilegal ao longo do ano de 2019 nas áreas ocupadas por povos indígenas: 120 quilômetros quadrados.

O produtor rural e advogado Lazir Soares de Castro mantém duas fazendas dentro da Ituna-Itatá. Novamente, a investigação revelou evidências de uma "triangulação": o pecuarista pode ter utilizado uma propriedade fora da terra indígena, pertencente a um de seus sócios em uma fábrica de rações, para comercializar gado criado

na terra indígena com a JBS e a Marfrig.

Outros dois casos investigados pela Repórter Brasil ilustram como os maiores frigoríficos do país estão vinculados a empresas e produtores rurais envolvidas em violentos conflitos por terra na Amazônia.

O primeiro deles se refere a Valdelir João de Souza, acusado de ser o mandante da Chacina de Colniza, Mato Grosso, em 2017. Souza ficou foragido da Justiça por mais de dois anos. De acordo com o inquérito policial, os assassinatos em Colniza ocorreram devido a disputas fundiárias com o objetivo de impulsionar a criação de gado bovino e a extração ilegal de madeira. Além de pecuarista, Souza também era dono de serrarias na região⁷³.

Dados registrados no CAR também indicam que ele cria gado em uma fazenda ilegalmente instalada dentro de um assentamento no Estado de Rondônia, em um município vizinho a Colniza, palco da chacina de abril de 2017⁷⁴.

Em maio do ano seguinte, quando já se encontrava foragido da Justiça, evidências apontam que Souza também se valeu do expediente da "lavagem" de gado para comercializar animais criados em áreas proibidas. Ele vendeu animais a dois pecuaristas que forneciam regularmente a unidades de abate da JBS e da Marfrig.

No caso envolvendo a JBS, por exemplo, Souza comercializou 143 animais com um produtor que, apenas onze minutos depois, vendeu ao frigorífico o mesmo número de reses. A operação é um forte indício de "esquentamento" da origem ilegal do rebanho originalmente criado por Souza no assentamento de reforma agrária⁷⁶.

Outra importante fornecedora da JBS, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara (Agro SB), também é protagonista de graves conflitos fundiários no Pará. Há anos os títulos de propriedade de algumas dessas fazendas vêm sendo contestados por movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Por essa razão, diversas ocupações foram feitas por organizações de trabalhadores sem-terra em imóveis rurais administrados pela Agro SB⁷⁷.

No caso do Chaco paraguaio, uma investigação de 2018 da Repórter Brasil mostrou que o Minerva conseguiu um aporte de US\$ 85 milhões da IFC (International Finance Corporation), braço do Banco Mundial, para incrementar suas operações na região⁷⁸.

Compreendendo mais da metade do território do Paraguai, o Chaco é um bioma de bosques áridos e de rica biodiversidade que vem sendo aceleradamente devastado para a expansão das pastagens e da indústria da carne bovina⁷⁹.

De acordo com monitoramento por imagens de satélite feito pela organização ambientalista paraguaia Guyra, o desmatamento atingiu uma média de 2 mil hectares por dia em novembro de 2017⁸⁰.

Há décadas também são registradas denúncias de trabalho escravo no Chaco, vitimando as comunidades indígenas. Porém, as políticas de combate ao trabalho escravo e de repressão ao desmatamento ilegal do Chaco por parte do Estado paraguaio são incipientes e incapazes de mitigar os problemas⁸¹.

A primeira e única fiscalização das condições de trabalho na região, realizada pelo Estado paraguaio, ocorreu apenas em 2016. Comandada pelo Ministério Público, a operação encontrou 35 trabalhadores, incluindo crianças e adolescentes, em condições desumanas em uma fazenda no Norte do país, próximo à fronteira com a Bolívia. Não há evidências ligando esse caso específico às operações do Minerva no Paraguai⁸².

GADO DE ORIGEM SUSPEITA — O CASO DE ANTÔNIO BORGES BELFORT

Na Terra Indígena Apyterewa, há fortes evidências de um caso de “triangulação” de gado envolvendo o pecuarista Antônio Borges Belfort. Em 2016, ele foi candidato a vereador em São Félix do Xingu (PA), mas não se elegeu.

Ele é dono da fazenda Sol Nascente, umas das maiores estâncias abertas na Apyterewa, com quase 2 mil hectares. Entre fevereiro de 2018 e julho de 2019, dezenas de animais foram transportados da Sol Nascente para outra propriedade de Belfort localizada fora do perímetro da terra indígena — a fazenda Serra de Pedra. Os dois imóveis rurais constam da declaração de bens do então candidato enviada ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) O valor da fazenda localizada dentro da Apyterewa foi estimado em R\$ 1,1 milhão.

No entanto, o índice de produtividade da fazenda Serra de Pedra levanta suspeitas. Segundo o programa Boi na Linha, criado pela ONG Imaflora em parceria com o MPF e ratificado pelos principais frigoríficos e varejistas do país com o objetivo de coibir fraudes no setor, a produtividade máxima de uma propriedade rural na Amazônia dificilmente vai além de três animais por hectare ao ano.

Isso quer dizer que a Serra de Pedra, com somente 20 hectares de pastagens de acordo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), conseguiria comercializar 60 bois por ano. Porém, ao longo de 2019, só o frigorífico da Marfrig no município de Tucumã (PA) abateu 135 animais encaminhados pela fazenda.

Os dados indicam que a fazenda Serra de Pedra não teria condições de fornecer um número tão elevado de cabeças de gado aos frigoríficos. A matemática reforça a suspeita de que os bois tenham sido, originalmente, criados na fazenda de Antônio Borges Belfort localizada dentro da terra indígena.

Procurada, a Marfrig reconhece que a fazenda Serra de Pedra tem uma “razão de 6,61 cabeças por hectare” — mais do que o dobro do estipulado pelo programa Boi na Linha. A nota diz ainda que os critérios para compra de gado serão atualizados a partir de julho de 2020.

O pecuarista Antônio Borges Belfort chegou a ser contatado pelo presidente de uma associação de produtores rurais a pedido da reportagem, mas afirmou que não se pronunciaria⁸³.

CASOS DE TRABALHO ESCRAVO

No Brasil, alguns exemplos conectam o trabalho escravo na pecuária a fornecedores de grandes frigoríficos. Em 2017, documentos obtidos pela Repórter Brasil e pelo jornal britânico The Guardian mostravam que a JBS comprava gado de uma fazenda sob investigação federal por usar trabalhadores como escravos modernos. O caso ocorreu em uma pastagem amazônica, no estado do Pará⁸⁴.

Há mais de dez anos, os três maiores frigoríficos brasileiros no abate de bovinos assumem o compromisso formal de combater o trabalho escravo em suas cadeias de fornecimento. Para tanto, a principal diretriz adotada é o bloqueio de fornecedores presentes na chamada “Lista Suja” o trabalho escravo.

A “Lista Suja” é um cadastro do governo federal que lista os empregadores flagrados, durante inspeções trabalhistas do Estado brasileiro, praticando esse tipo de crime. O nome do empregador permanece no cadastro por um período de dois anos, durante o qual é monitorada a regularidade das condições de trabalho. Se verificada reincidência, o nome continua na lista.

No entanto, assim como ocorre com o desmatamento ilegal, também os pecuaristas escravagistas encontram meios de escoar a sua produção. Fazem isso na condição de “fornecedores indiretos”, ou, ainda, por meio de práticas fraudulentas de “lavagem” ou “esquentamento” de gado.

Um relatório publicado pela Repórter Brasil em 2018 mostra justamente como, por meio dessa realidade, pecuaristas envolvidos com trabalho ainda permaneciam, em anos recentes, ligados à cadeia de negócios da JBS, Marfrig e Minerva.

Um exemplo é o da Fazenda Ana Thaíra, em Dois Irmãos (TO). Em julho de 2015, auditores fiscais do Trabalho resgataram três trabalhadores contratados para roçagem de pasto. Eles estavam submetidos a condições de saúde e segurança absolutamente precárias. Abrigados em cabanas improvisadas com lonas plásticas, eles não tinham acesso a sanitários. Também eram obrigados a beber água visivelmente suja e amarelada, captada em um córrego. A comida consistia basicamente em arroz e feijão, e raramente incluía carne. Além disso, os trabalhadores não receberam equipamento de proteção – por essa razão, precisavam comprá-los. Por fim, não assinaram carteira de trabalho e não tinham direito a folga.

Em 2017, o dono da Fazenda Ana Thaíra, Delfino Pereira Martins, enviou animais para engorda na Fazenda Céu Azul, em Divinópolis, no Tocantins. A propriedade pertence a uma pecuarista chamada Thelma Taveira Faria Miranda. Por sua vez, ela forneceu gado a uma unidade do Minerva por meio de outro imóvel rural – a Fazenda União – também localizado no município de Divinópolis⁸⁵.



Trabalhadores resgatados da escravidão (Foto: Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia)

CASOS DE TRABALHO ESCRAVO

Como já mencionado anteriormente, na indústria de abate de frangos as condições de trabalho são especialmente precárias na apanha dos animais nos aviários. Em geral, trata-se de uma atividade penosa para os trabalhadores e que os frigoríficos delegam a empresas terceirizadas.



Apanhadores de frango enfrentam frequentemente longas jornadas exaustivas (Foto: André Campos/Repórter Brasil)

Em fevereiro de 2015, a JBS foi responsabilizada por submeter nove trabalhadores a condições análogas à de escravos no município de Forquilha, no interior de Santa Catarina. Migrantes do Paraná, os apanhadores de aves haviam sido contratados por uma terceirizada e foram alojados em moradias precárias em uma mina desativada em Criciúma, município vizinho a Forquilha⁸⁶.

De acordo com informações da fiscalização promovida por servidores federais, os apanhadores não tiveram suas carteiras de trabalho assinadas. Além disso, eles e seus familiares dormiam em colchões apodrecidos no chão das casas, que sequer contavam com banheiros em condições de uso. Havia crianças e gestantes no grupo⁸⁷.

A JBS fez um acordo com o Ministério Público do Trabalho e pagou uma indenização de R\$ 5 mil a cada trabalhador, além de custear a sua volta para os municípios de origem. Também afirmou que a empresa terceirizada foi descredenciada como fornecedora⁸⁸.

Um caso semelhante também já foi flagrado na cadeia produtiva da BRF. Em julho de 2012, foram resgatados do trabalho escravo 12 apanhadores de frango que abasteciam um frigorífico da empresa em Lajeado (RS). O flagrante ocorreu no município vizinho de Nova Brescia (RS) e foi motivado por uma denúncia da prefeitura local⁸⁹. Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS), além de estarem vivendo em dois alojamentos precários, esses trabalhadores também tinham os seus salários retidos pelo empregador – uma empresa terceirizada que prestava serviços à BRF de forma exclusiva, de acordo com a fiscalização⁹⁰.

Os fiscais constataram que praticamente todo o salário deles era utilizado no pagamento da moradia, fornecida pelo empregador – ele cobrava aluguel, água e luz –, e da alimentação, que, segundo o relato dos empregados, só podia ser comprada em um supermercado específico da região. Lá eles adquiriam os itens “a fiado”

e o valor devido era descontado dos seus futuros salários. De acordo com a fiscalização, alguns apanhadores de frango chegavam a ficar “negativados” com o patrão, não recebendo qualquer dinheiro final do mês⁹¹.

IMPORTAÇÕES EUROPEIAS

A carne brasileira é vendida no mercado europeu em múltiplos países. Os compradores diretos são, em sua maioria, tradings e indústrias alimentícias. Entre elas há inclusive subsidiárias europeias pertencentes aos maiores conglomerados de proteína animal do Brasil⁹².



A rede Tesco não vende carne do Brasil desde 2018. Outros varejistas europeus ainda vendem (Foto: Repórter Brasil)

Por meio delas, a carne chega ao consumidor europeu através de variados canais de distribuição. Além de grandes varejistas e redes de fast food, são segmentos abastecidos pelo produto brasileiro as compras públicas e o food service – restaurantes, bares, hotéis etc.

Abaixo listamos alguns exemplos que conectam a carne brasileira com líderes do varejo na União Europeia. A Repórter Brasil entrou em contato com essas empresas e perguntou sobre suas políticas de compra de carnes, bem como sua opinião sobre o Acordo Comercial EU-Mercosul – assunto que será abordado nos dois capítulos finais deste relatório. Detalhes sobre suas respostas também são destacados abaixo. As respostas na íntegra estão disponíveis em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/answers-from-retailers/>

GRUPO SCHWARZ

Controlador das redes Lidl e Kaufland, o maior grupo varejista da Europa⁹³ fornece proteína animal brasileira nos supermercados de ambas as bandeiras. Um exemplo é a carne enlatada fabricada pela JBS, historicamente disponível para venda na rede Lidl através das marcas próprias Manor House e Newgate⁹⁴.

“Queremos enfatizar que levamos esse assunto muito a sério e mantemos um intercâmbio próximo com nossos fornecedores, como a JBS, sobre aspectos sociais e ambientais como o desmatamento”, disse o grupo Schwarz por e-mail à Repórter Brasil. “A carne bovina do Brasil [vendida pelo grupo] é proveniente exclusivamente de produtores signatários do Acordo de Gado do Greenpeace ou que possuam certificado de sustentabilidade ou ambiental semelhante, como o da Rainforest Alliance.”

O grupo afirmou ainda que mais de 90% da carne bovina da Lidl é de origem europeia, e que "Manor House" não faz mais parte da lista de produtos vendidos pela empresa.

ALDI

A rede de origem alemã, com unidades em diversos países europeus, também comercializa carne bovina do Brasil. O produto pôde ser recentemente encontrado, por exemplo, nas lojas do Reino Unido⁹⁵ e da Alemanha⁹⁶. Procurado pela Repórter Brasil, o Grupo Audi South disse que o foco do varejista é a venda de carne bovina criada perto de seus mercados nacionais. Portanto, menos de 1% viria do Brasil. “Se a carne bovina da ALDI é proveniente do Brasil, ressaltamos que ela deve estar em conformidade com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC da Carne) e o Acordo Brasileiro de Pecuária (Critérios Mínimos). Estamos cientes de que esses sistemas oferecem oportunidades de melhoria e vemos com bons olhos a adoção mecanismos de certificação robustos e/ou a introdução de esquemas de rastreabilidade, por ex. via brincos auriculares como no Uruguai”.

CARREFOUR

Em 2019, uma investigação da ONG britânica Earthsight identificou a venda de produtos feitos com carne bovina da JBS em unidades do Carrefour na Bélgica⁹⁷. Adicionalmente, o grupo vende na Europa beef jerky fabricado no Brasil⁹⁸ e produtos industrializados que utilizam frango do país⁹⁹.

Além de atuar na Europa, o Carrefour está presente em outros continentes, onde também vende carne brasileira¹⁰⁰. No Brasil, a multinacional é o segundo maior grupo varejista em atuação no país. Diversas investigações publicadas pela Repórter Brasil ao longo dos últimos dois anos mostram casos de trabalho escravo e desmatamento ilegal envolvendo abatedouros que abastecem seus supermercados locais¹⁰¹.

A sede do varejista na França foi contatada por e-mail, mas não recebemos resposta. Em investigações anteriores publicadas pela Repórter Brasil, as operações brasileiras do Carrefour se manifestaram sobre questões sociais e ambientais relacionadas à cadeia de fornecimento. Por exemplo, em 2019, a empresa anunciou a suspensão de um fornecedor que, de acordo com uma investigação da Repórter Brasil, era abastecido por um pecuarista que utilizou trabalho escravo¹⁰². O Carrefour Brasil também afirma ter compromisso com desmatamento zero¹⁰³. A empresa informa possuir uma ferramenta de geolocalização que visa a fornecer aos clientes carnes não oriundas de áreas de desmatamento, de proteção ambiental ou terras indígenas¹⁰⁴.

TESCO

Sediado no Reino Unido, o grupo varejista possui histórico de comercialização de carne enlatada marca própria produzida pela Marfrig¹⁰⁵. Uma das unidades industriais da empresa brasileira teria sido construída especificamente com o objetivo de abastecer as lojas britânicas da Tesco¹⁰⁶. O varejista de origem britânica também tem histórico de venda de beef jerky fabricado no Brasil, por uma subsidiária local da JBS¹⁰⁷.

Procurada pela Reporter Brasil, a empresa afirmou que em 2018 se tornou o primeiro supermercado do

Reino Unido a deixar de vender carne brasileira devido a preocupações com o desmatamento. Ressaltou que, atualmente, não compra mais carne bovina ou qualquer outra carne brasileira, seja da Marfrig, JBS ou qualquer outro fabricante.

No entanto, empresa também é um importante cliente de subsidiárias da JBS no Reino Unido – Moy Park e Tulip. Com forte presença no mercado regional, elas atuam nos segmentos de carne suína e de frango¹⁰⁸. Ambas as empresas se concentram no processamento de animais criados na própria Europa.

REWE

Também comercializa carne bovina de origem brasileira – por exemplo, carne enlatada fabricada na Europa e que utiliza matéria-prima do Brasil¹⁰⁹. As vendas também incluem beef jerky brasileiro fabricado pelo grupo JBS¹¹⁰. Por fim, a empresa também possui histórico de comercialização de frango oriundo do Brasil¹¹¹.

Sobre carne não processada, a empresa mencionou em um e-mail à Repórter Brasil que não traz carne in natura do Brasil em suas gamas de produtos. “No final de 2021, as cadeias de abastecimento das marcas próprias do Grupo REWE na área de ração animal com soja, bem como carne fresca de porco e bovino, deverão ser 100% certificadas como livres de desmatamento.”

EDEKA

Trata-se de outro varejista alemão com histórico de distribuição de carne de frango¹¹² brasileira na Europa. Já no mercado de food service, a empresa vendeu diversos cortes bovinos brasileiros ao longo dos últimos anos¹¹³. Eles advêm de empresas alimentícias alemãs que, ao longo dos últimos dois anos, importaram carne brasileira da JBS, Marfrig ou Minerva¹¹⁴. A Repórter Brasil não obteve resposta às perguntas enviadas ao grupo Edeka.

SAINSBURY'S

Esta é outra rede britânica que vende carne bovina origem brasileira, incluindo carne enlatada¹¹⁵ e beef jerky¹¹⁶ fabricados por empresas do grupo JBS. O produto está presente inclusive em itens marca própria do varejista¹¹⁷. As lojas da Sainsbury's também vendem produtos contendo carne de frango de origem brasileira¹¹⁸. “A Sainsbury's está empenhada em obter fontes sustentáveis e a trabalhar em conjunto com a indústria em geral para combater o desmatamento e preservar os ecossistemas essenciais da Amazônia e do Cerrado”, disse um porta-voz da empresa. Ele acrescenta que, se forem identificados fornecedores que não estejam dispostos a reconhecer problemas com sua produção ou a trabalhar para remediá-los, a Sainsbury's revisará o relacionamento comercial com eles e romperá os laços, se necessário.

CASINO

Um dos maiores nomes do setor na França, a rede de supermercados é outro varejista a vender carne bovina do Brasil, oriunda do grupo JBS¹¹⁹. O grupo francês também administra a franquia da rede Spar na França, outra empresa a comercializar produtos com matéria-prima – frango, no caso – originária do país¹²⁰.

Assim como o Carrefour, o grupo Casino tem forte presença no Brasil, onde possui centenas de lojas espalhadas pelo país. Diversas investigações publicadas pela Repórter Brasil ao longo dos últimos dois anos mostram casos de trabalho escravo e desmatamento ilegal envolvendo abatedouros que abastecem seus supermercados locais¹²¹.

“O grupo Casino, por meio de suas filiais na América Latina, luta ativamente contra o desmatamento há muitos anos. Nossa filial brasileira, o GPA, implementa uma política consistente e rigorosa de controle de procedência da carne bovina entregue por seus fornecedores”, afirma o Departamento de Comunicação Externa do Casino. A empresa também menciona estar envolvida em um projeto experimental para reforçar o processo de monitoramento de fornecedores indiretos de gado.

TÖNNIES

O grupo Tönnies, sediado na Alemanha, é um dos maiores fabricantes de carne da Europa, e um exemplo de indústria alimentícia que processa matéria-prima brasileira. A empresa importa carne bovina do Brasil oriunda de abatedouros da JBS, Marfrig e Minerva¹²². Aldi, Lidl, Rewe e Edeka estão entre os varejistas que comercializam produtos do grupo¹²³.

Procurado pela Repórter Brasil, Tönnies afirmou que a carne sul-americana representa uma parte relativamente pequena da atividade da empresa. Mesmo assim, diz, é muito importante que atenda a requisitos de qualidade e que não tenha sido criada em áreas de floresta desmatada. “Esperamos que as promessas de nossos fornecedores sejam mantidas – por exemplo, o acordo de pecuária entre JBS e Greenpeace e as obrigações relacionadas da empresa”.

INVESTIDORES

Para custear a expansão de suas atividades, as maiores companhias brasileiras de proteína animal vêm acesando recursos no mercado financeiro, dentro e fora do país, por meio da venda de ações, da emissão de títulos privados e da obtenção de crédito.

Ao analisar o conjunto de apoiadores dos frigoríficos brasileiros, é possível perceber um leque diverso que compreende bancos tradicionais, fundos de investimento e conglomerados não necessariamente nativos do mercado financeiro. A maior parte está sediada nos Estados Unidos e em países da Europa, mas não obrigatoriamente da União Europeia.

Há alguns anos, e principalmente desde o início do governo de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, financiadores da indústria brasileira da carne de diversas partes do mundo vêm sendo sistematicamente cobrados por organizações de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos a respeito dos impactos gerados pela indústria da carne.

Em junho, um grupo de 29 importantes instituições internacionais, com ativos estimados num total de US\$ 4 trilhões, tornaram pública uma carta enviada a embaixadas brasileiras com um pedido de reunião para discutir o desmatamento na Amazônia¹²⁴.

No manifesto, elas também expunham apreensão com projetos de lei em discussão no Congresso Nacional – e apoiados pelo governo federal – que pretendem abrir territórios indígenas a projetos agropecuários e regularizar áreas públicas suspeitas de apropriação privada fraudulenta.

O documento alertava ainda para o risco não só de que os frigoríficos brasileiros se deparassem com barreiras em mercados internacionais, devido a problemas socioambientais, mas de que os próprios títulos públicos do Brasil fossem contaminados pela má avaliação das políticas do governo nessa área¹²⁵.

Essa articulação de instituições financeiras aconteceu poucos dias após um conjunto de parlamentares europeus oficializarem ao Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil preocupações com a conduta ambiental do Brasil. Em abril, 40 multinacionais dos setores de fast-food e de varejo também já haviam se posicionado no mesmo sentido¹²⁶.

Algumas instituições financeiras chegaram a tomar medidas concretas. Em julho, por exemplo, a gestora escandinava Nordea excluiu investimentos na JBS de todos os seus fundos. A justificativa para decisão foi justamente a falta de informações detalhadas sobre os planos da empresa brasileira para controlar sua cadeia de fornecedores¹²⁷.

Naquele mesmo mês, o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, responsável pela direção do Conselho

Nacional da Amazônia Legal (CNAL), recebeu representantes de oito fundos de investimento de países escandinavos, do Reino Unido e do Japão. Novamente, a reunião tinha por objetivo debater a pauta da redução do desmatamento e do respeito aos direitos fundamentais das populações tradicionais do país¹²⁸.

Em agosto, foi a vez do banco britânico HSBC revelar preocupação com os sistemas de monitoramento de fornecedores da JBS potencialmente envolvidos em infrações socioambientais. De acordo com relatório interno da instituição, a gigante brasileira do ramo de alimentos não tem "visão, plano de ação, cronograma, tecnologia ou solução" para rastrear por completo sua cadeia de suprimentos¹²⁹.

Na sequência, encontra-se uma análise da estrutura societária das quatro principais corporações brasileiras da indústria da carne e uma relação dos seus principais investidores.

JBS

Na composição acionária da JBS, a holding controlada pelos fundadores da companhia (J&F Investimentos) e o BNDES, banco de fomento estatal, respondem por quase 63% do controle acionário da empresa. O restante está dividido entre acionistas minoritários¹³⁰.

Composição Acionária e Societária

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas pelos acionistas da JBS.

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES	%
Grupo de Controle (J&F Investimentos S.A. e Formosa)	1,088,705,287	40.84%
Ações em Tesouraria	42,705,377	1.60%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		
– BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	581,661,101	21.82%
– Outros Minoritários	953,007,258	35.75%
TOTAL DAS AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1,534,668,359	57.56%
TOTAL	2,666,079,203	100.00%

Figura 4 - Fonte: JBS (Dezembro de 2020)

Os principais acionistas minoritários da JBS são em sua maioria fundos de investimento sediados nos Estados Unidos, como mostra a tabela abaixo:

OWNERSHIP JBS S/A ORD MUTUAL FUNDS THAT OWN JBSS3					
NAME	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARE	% OF ASSETS	AS OF DATE
Vanguard Total International Stock Index Fund	17047953	0.63%	0	0.02%	04/30/20
Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund	13851170	0.51%	-548900	0.08%	04/30/20
iShares MSCI Brazil ETF	20946507	0.77%	0	1.77%	05/29/20
iShares Ibovespa Fundo de Índice	12445600	0.46%	-1403900	2.21%	05/29/20
iShares Core MSCI Emerging Markets ETF	8638861	0.32%	0	0.08%	05/29/20
Fidelity Leveraged Company Stock Fund	10119700	0.37%	0	2.40%	01/31/20
Fidelity Capital & Income Fund	12222900	0.45%	0	1.23%	01/31/20
DFA Emerging Markets Core Equity Portfolio	9741475	0.36%	-664900	0.16%	01/31/20
Causeway Emerging Markets Fund	9421200	0.35%	1271800	1.12%	03/31/20
AMUNDI FUNDS SICAV - Emerging World Equity	7647300	0.28%	3566100	2.47%	04/30/20
Institutions that own JBSS3					
NAME	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARES	% OF ASSETS	AS OF DATE
Teachers Advisors LLC	405664	0.02%	-62300	0.62%	03/31/19
TIAA-CREF Investment Management LLC	813697	0.03%	813697	0.88%	03/31/19

Fonte: Wall Street Journal (Dezembro de 2020)

Nem sempre a compra de ações representa o principal desembolso de capital por parte de uma instituição financeira. No caso do Deutsche Bank, por exemplo, o valor concedido em crédito à JBS – US\$ 56,7 milhões – é cinco vezes superior ao que o maior banco alemão já chegou a aplicar na aquisição de papéis do frigorífico brasileiro¹³¹.

No caso de emissão de títulos privados da JBS, instituições financeiras de países da União Europeia figuram como responsáveis pelas maiores operações. O banco espanhol Santander, por exemplo, foi responsável pelo lançamento de mais de meio bilhão de dólares em títulos da JBS no mercado de capitais¹³². É o que pode ser visto na tabela a seguir:

Credores europeus e norte-americanos da JBS (2013-2018, US\$ milhões)

INVESTIDOR	PAÍS	CRÉDITOS (US\$ MILHÕES)
Santander	Espanha	589
JPMorgan Chase	EUA	388
Barclays	Reino Unido	202
TOTAL:		1.179

Figura 5 – Fonte: Amazon Watch

Financiamento do arrendamento da JBS (2013-2018, US\$ milhões)

INVESTIDOR	PAÍS	FINANCIAMENTO DE CONCESSÃO
Volkswagen Financial Services	Alemanha	18.2
Daimler Financial Services	Alemanha	0.2
TOTAL:		18.4

Figura 6 – Fonte: Amazon Watch

MARFRIG

Em 2019, o banco de fomento estatal BNDES, que já deteve 34% da companhia brasileira, se desfez da participação que tinha na Marfrig. Atualmente, o grupo fundador e controlador do frigorífico – MMS Participações Ltda. – concentra 47,6% das ações da empresa. Já a outra metade dos papéis está dividida entre investidores diversos¹³³.

Composição Acionária

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas pelos acionistas da Marfrig:

ACIONISTAS	AÇÕES	%
(1) Acionistas Controladores	338.595.548	47.60%
(1) Conselho de Administração	100.153	0.01%
(1) Conselho Fiscal	840.927	0.12%
(1) Diretores	53.661	0.01%
Ações em Tesouraria	15.207.463	2.14%
Outros	356.572.162	50.12%
TOTAL	711.369.913	100.00%

Figura 7 – Fonte: Marfrig (Dezembro de 2020)

Entre 2013 e 2018, a Marfrig também realizou importantes operações de emissão de títulos privados no mercado de capitais. Só o Santander foi responsável por US\$ 960 milhões, mesmo valor ofertado por meio do banco britânico HSBC¹³⁴.

Credores europeus e norte-americanos da Marfrig (2013-2018, US \$ milhões)

INVESTIDOR	PAÍS	SUBSCRIÇÃO (US\$ MLN)
HSBC	Reino Unido	960
Santander	Espanha	960
Morgan Stanley	EUA	510
TOTAL:		2.430

Figura 8 – Fonte: Amazon Watch

Alguns dos mais importantes acionistas minoritários do Marfrig estão relacionados abaixo:

OWNERSHIP MARFRIG GLOBAL FOODS S/A MUTUAL FUNDS THAT OWN MRFG3					
NAME	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARE	% OF ASSETS	AS OF DATE
Robeco Capital Gr. Fds. - Emerging Stars Equities	8206800	1.15%	1180000	1.32%	03/31/20
Vanguard Total International Stock Index Fund	8177084	1.15%	0	0.01%	04/30/20
Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund	20946507	0.92%	-183665	0.02%	04/30/20
Government Pension Fund - Global (The)	12445600	0.57%	2185948	0.00%	12/31/19
iShares Core MSCI Emerging Markets ETF	8638861	0.52%	0	0.02%	05/29/20
iShares Ibovespa Fundo de Índice	10119700	0.46%	-369300	0.34%	05/29/20
Robeco Capital Gr. Fds. - Emerging Markets Equities	12222900	0.42%	1000000	0.61%	03/31/20
Robeco Institutional Emerging Markets Fund	9741475	0.40%	0	0.41%	03/31/20
iShares BM&FBovespa Small Cap Fundo de Índice	9421200	0.32%	-855500	2.16%	05/29/20
DFA Emerging Markets Small Cap Series	7647300	0.32%	1789675	0.11%	01/31/20
INSTITUTIONS THAT OWN MRFG3	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARES	% OF ASSETS	AS OF DATE
Brandes Investment Partners LP	30689498	4.31%	0	100.00%	05/22/19
Morgan Stanley Administradora de Carteiras SA	24186577	3.40%	24186577	100.00%	03/27/20

Fonte: Wall Street Journal (Dezembro de 2020)

MINERVA

Hoje, o principal acionista do frigorífico brasileiro é o Salic UK Limited, fundo de investimentos de origem saudita, com quase 34% das ações. A participação é quase o dobro da que detém a VDQ, holding da família fundadora do Minerva¹³⁵..

Composição Acionária

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas pelos acionistas da Minerva.

ACIONISTAS	AÇÕES	%
SALIC (UK) LIMITED	185.536.600	33,83%
VDQ HOLDING S.A.	96.482.228	17,59%
MINERVA S.A.	23.053.200	4,20%
OUTROS (free float)	243.354.471	44,37%
Total	548.426.499	100,00%

Figura 9 - Fonte: Minerva

O Minerva passou por importantes transformações na sua composição acionária ao longo dos últimos anos. A BRF – outra gigante brasileira do ramo de alimentos – já chegou a dispor de quase 10% das ações do Minerva. Porém, ao longo de 2019, a BRF zerou sua cota.

Uma lista de seus principais acionistas minoritários pode ser vista abaixo:

OWNERSHIP MINERVA S/A ORD MUTUAL FUNDS THAT OWN BEEF3					
NAME	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARE	% OF ASSETS	AS OF DATE
Vanguard Total International Stock Index Fund	5873643	1.21%	0	0.00%	04/30/20
Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund	3536326	0.73%	-123847	0.01%	04/30/20
Sanford C Bernstein Fund - Emerging Markets Portfolio	4342200	0.89%	786100	0.97%	04/30/20
Russell Emerging Markets Fund	1538200	0.32%	416000	0.29%	04/30/20
Ninety One Glb. Strat. Fd. - Latin American Equity Fund	22385426	4.61%	14418421	4.71%	02/29/20
iShares Ibovespa Fundo de Índice	1986000	0.41%	1986000	0.22%	05/29/20
Rcauseway Emerging Markets Fund	3235317	0.67%	538617	0.24%	03/31/20
BTG Pactual SICAV - Latin American Equity Fund	1423291	0.29%	0	2.55%	02/28/20
BNY Mellon Emerging Markets Fund	2960100	0.61%	-88000	0.97%	04/30/20
AB FCP II - Emerging Market Value Portfolio	2032200	0.42%	394500	2.08%	04/30/20
INSTITUTIONS THAT OWN BEEF3	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARES	% OF ASSETS	AS OF DATE
Morgan Stanley Administradora de Carteiras SA	23982304	4.94%	23982304	59.16%	02/10/20
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	12907194	2.66%	-4856974	100.00%	12/28/18

Fonte: Wall Street Journal (Dezembro de 2020)

Entre 2013 e 2018, injeções de capital significativas vieram de emissões de títulos privados feitas por bancos como HSBC, Bank of America e Credit Suisse.

Credores europeus e norte-americanos da Minerva (2013-2018, US \$ milhões)

INVESTIDOR	PAÍS	EMPRÉSTIMO	SUBSCRIÇÃO	TOTAL
HSBC	Reino Unido		782	782
Bank of America	EUA		498	498
Credit Suisse	Suíça		283	283
JPMorgan Chase	EUA		200	200
IFC Global	Global	138		138
Santander	Espanha		40	40
TOTAL		138	1.803	1.941

Figura 10 – Fonte: Amazon Watch

Outro credor do Minerva digno de nota é o IFC, braço para investimentos privados do Banco Mundial. Em 2013, a instituição adquiriu uma participação minoritária de quase 3% das ações do frigorífico, e também concedeu um empréstimo à empresa brasileira. Na época, o valor total das duas operações atingiu US\$ 80 milhões¹³⁶.

BRF

Em 2020, as ações da BRF totalizaram US\$ 3,4 bilhões – uma desvalorização de 37% ao longo do ano. No auge, o valor de mercado da dona das marcas Sadia e Perdigão bateu US\$ 12 bilhões¹³⁷.

Em 2015, a companhia brasileira lançou 500 milhões de euros no mercado de capitais europeu em "títulos verdes" (green bonds) para financiar projetos de sustentabilidade. Na época, a operação foi coordenada por diversos bancos, como BNP Paribas, Bank of America Merrill Lynch (BoFA), Citi, Deutsche Bank, Morgan Stanley e Santander¹³⁸.

Cinco anos depois, a BRF emitiu outros US\$ 500 milhões em títulos lançados no mercado por instituições financeiras como JP Morgan, Morgan Stanley e Santander¹³⁹.

Dentre as quatro principais companhias de proteína animal do país, a BRF é a que tem a estrutura acionária mais pulverizada e diversificada.

Os principais acionistas da empresa são fundos de pensão de empresas estatais brasileiras –Petrobras e Banco do Brasil. Porém, eles respondem por apenas 20% da companhia. Outra acionista importante é a gestora brasileira Kapitalo. Já os detentores de recibos de ações nos Estados Unidos (ADRs) têm ao redor de 14% dos papéis da BRF.

Composição Acionária

30/09/2020	QUANTIDADE	%
MAIORES ACIONISTAS		
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros	92.716.266	11,41
Caixa de Previd. dos Func. Do Branco do Brasil	75.048.452	9,24
Kapitalo Investimentos Ltda.	40.760.522	5,02
Administradores		
Conselho de Administração	6.857.067	0,84
Diretoria	619.724	0,08
ADR	114.248.518	14,43
Ações em tesouraria	4.766.084	0,59
Outros	474.456.613	58,4
	812.473.246	100

Figure 11 – Figure 11 – Source: BRF (December 2020)

Atualmente, os maiores acionistas minoritários da BRF estão concentrados principalmente nos Estados Unidos:

OWNERSHIP BRF S.A. ORD MUTUAL FUNDS THAT OWN BRFS3					
NAME	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARE	% OF ASSETS	AS OF DATE
Wells Fargo Emerging Markets Equity Fund	7143392	0.88%	0	0.72%	04/30/20
Delaware Emerging Markets Fund	6850000	0.84%	0	0.60%	02/28/20
Ishares Tr. - Latin America 40 Etf	2027567	0.25%	0	1.03%	05/29/20
iShares Global Agriculture Index ETF	1246632	0.15%	1168	2.87%	05/29/20
Vanguard Total International Stock Index Fund	919974	0.11%	0	0.00%	04/30/20
Delaware VIP Trust - Emerging Markets Series	788900	0.10%	788900	0.59%	03/31/20
Baring Emerging Markets Umbrella Fd. - Latin America	606644	0.08%	606644	1.38%	02/29/20
Wells Fargo (Lux) Ww. Fd. - Emerging Markets Equity	596150	0.07%	0	0.93%	04/30/20
Russell Invst. Co. Plc - Emerging Markets Equity Fund	591794	0.07%	606644	0.12%	09/30/19
Macquarie Emerging Markets Trust	515398	0.06%	0	0.56%	04/30/20
INSTITUTIONS THAT OWN BRFS3	SHARES HELD	% SHARES OUT	CHANGE IN SHARES	% OF ASSETS	AS OF DATE
Wells Capital Management, Inc.	14171197	1.74%	1009700	0.17%	12/31/19
BW Gestão de Investimentos Ltda.	10139244	1.25%	1009700	40.43%	06/30/18
Macquarie Investment Management Business Trust	10069162	1.24%	-19112	0.13%	12/31/19
1832 Asset Management LP	7160000	0.88%	4808370	0.08%	12/31/19
INCA Investments LLC	6217500	0.77%	526500	9.86%	12/31/19
Oaktree Capital Management LP	5653531	0.70%	208957	1.00%	12/31/19
Russell Investment Management LLC	4188069	0.52%	-244906	0.07%	12/31/19
Merrill Lynch International (Investment Management)	3746217	0.46%	1051188	0.51%	12/31/19
Morgan Stanley & Co. LLC	3368574	0.42%	2744788	0.04%	12/31/19
Coatue Management LLC	2643071	0.33%	2643071	13.77%	06/30/19

Fonte: Wall Street Journal (Dezembro de 2020)

O ACORDO UE-MERCOSUL

INTRODUÇÃO

Em julho de 2019, União Europeia e Mercosul anunciaram a conclusão de um "Acordo em Princípio" sobre um amplo tratado de associação negociado há duas décadas.



Figure 11 - O presidente brasileiro Jair Bolsonaro entre líderes europeus (Foto: Alan Santos/PR)

A União Europeia é o principal investidor e o segundo maior parceiro comercial do Mercosul – que, por sua vez, aparece na oitava posição entre os parceiros comerciais dos europeus.

Em 2018, o valor dos negócios feitos entre os blocos – um mercado de 780 milhões de pessoas – alcançou a cifra de US\$ 90 bilhões¹⁴⁰. No caso específico do Brasil, principal economia sul-americana, as vendas para a União Europeia respondem por 18% das exportações do país¹⁴¹.

Entretanto, o acordo anunciado em 2019 vai além da esfera comercial, não se limitando à abertura de mercado e à redução das tarifas aduaneiras que regulam a compra e a venda de bens e serviços. O tratado também abrange questões políticas e de cooperação, tocando em temas que vão de migração a direitos humanos.

Para entrar em vigor, o tratado precisa ser aprovado não só pelo Parlamento Europeu, mas também por todos os 27 Estados-membros da União Europeia. O veto de qualquer país é suficiente para barrar o acordo.

Numa tentativa de acelerar a implementação das novas regras de abertura comercial, vem sendo aventada a possibilidade de "fatiamento" do acordo. Isso porque, ao contrário dos assuntos de natureza política, as questões estritamente comerciais entre os dois grandes blocos podem ser discutidas e aprovadas apenas no âmbito do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, sem passar pelos parlamentos nacionais¹⁴².

No Mercosul, por sua vez, os termos do acordo estão em processo de revisão legal. Concluída essa etapa, devem ser analisados pelos Estados que compõem o bloco.

O governo do Brasil, principal exportador de commodities agrícolas e minerais do bloco sul-americano, esperava ver o tratado aprovado até o final de 2020, quando se encerra a presidência rotativa da Alemanha no Conselho da União Europeia.

A pressa tinha como justificativa o fato de a Alemanha também ser uma das principais interessadas no acordo, que tende a ampliar o mercado consumidor para suas indústrias química, automobilística e de máquinas e equipamentos¹⁴³.

Apesar de defendido por algumas das principais lideranças políticas e econômicas de ambos os lados do Atlântico, ainda não é possível afirmar que o acordo vá realmente sair do papel, pelo menos no curto prazo. Nos últimos meses, uma série de manifestações de mandatários europeus vêm levantando dúvidas sobre a viabilidade da ratificação do tratado. Os principais questionamentos se referem justamente à capacidade de os países do Mercosul ampliarem suas produções agrícola e mineral respeitando o meio ambiente e os direitos humanos.

Em agosto de 2020, a chanceler alemã Angela Merkel – historicamente, uma das principais entusiastas da iniciativa – demonstrou preocupação com a explosão dos índices de desmatamento da Amazônia e com o potencial impulso que a aprovação do acordo comercial poderia acarretar para a devastação da maior floresta tropical do mundo¹⁴⁴.

No mês seguinte, o governo francês foi mais contundente em seu posicionamento e se declarou contrário à ratificação do tratado¹⁴⁵. O premiê austríaco Sebastian Kurz seguiu a mesma linha e afirmou que não seria possível aprovar o documento, levando em consideração o estágio das negociações¹⁴⁶.

Reforçando as preocupações com o tema ambiental, o novo comissário para comércio da União Europeia, Valdis Dombrovskis, anunciou – também em outubro – tratativas sobre um texto adicional ao acordo de associação com o Mercosul.

O objetivo do novo documento é selar o compromisso dos países do bloco sul-americano com o Acordo de Paris, que prevê a redução da emissão de gases de efeito estufa, e estabelecer metas claras de combate à devastação de biomas sensíveis, casos da Amazônia e do Chaco¹⁴⁷.

O QUE DIZ O ACORDO

Segundo o "Acordo em Princípios" divulgado em julho de 2019, cerca de 82% das importações agrícolas da União Europeia estarão completamente isentas de tarifas¹⁴⁸.

Porém, a liberação comercial total não se aplica ao complexo carnes, que continuará sujeito ao sistema de cotas que já vigora atualmente e estabelece limites às importações. O que o tratado propõe é a criação de cotas extras, combinada a uma redução substancial das tarifas.

Além disso, o Acordo UE-Mercosul também propõe medidas facilitadoras para agilizar as autorizações de comércio de produtos de origem animal – o que pode levar a maiores volumes de exportação.

Os países da UE terão prazo de 40 dias úteis para analisar os pedidos de homologação de plantas industriais do Mercosul que desejam se tornar exportadoras de carne. Além disso, a aprovação deve ser concedida sem inspeção prévia dos importadores “se a parte exportadora fornecer garantia suficiente de que os requisitos sanitários da parte importadora são cumpridos”.

CARNE BOVINA

O Mercosul exporta para a União Europeia cerca de 200 mil toneladas por ano de três grandes grupos de carne bovina: fresca, congelada e processada.

Em termos de volume, os produtos com origem no Mercosul são responsáveis por 64% de toda carne fresca, 80% de toda a carne congelada e 100% de toda a carne processada importada pela União Europeia.

Já em matéria de valor, mais da metade da receita se deve à carne fresca, conforme tabela extraída da Ava-

liação do Impacto de Sustentabilidade (AIS), realizado pela London School of Economics (LSE), a pedido da Comissão Europeia¹⁴⁹:

Imports of beef products from Mercosur (in millions of Euros)

CN	DESCRIPTION	2015	2016	2017	AVERAGE SHARE IN IMPORTS FROM MERCOSUR				AVERAGE SHARE IN EU IMPORTS
					ARGENTINA	BRAZIL	PARAGUAY	URUGUAY	
2013000	Fresh or chilled bovine meat, boneless	810	860.5	860.2	45	26	3	27	64
2023090	Frozen bovine boneless meat (excl. Forequarters, whole or cut into a maximum	351.1	328.6	311.1	3	67	2	29	82
16025031	Corned beef, in airtight containers	120.1	107.8	83.2	0	100	0	0	100
16025095	Meat or offal of bovine animals, prepared or preserved, cooked	84.3	79.8	59.7	1	98		0	94
	OTHER BEEF PRODUCTS IN CHAPTERS 2 AND 16	1.7	1.6	0.7	21	55	0	24	11
	TOTAL	1,367	1,378	1,315					

Figure 12 – Fonte: SIA/EC/LSE

De acordo com o mesmo estudo, as tarifas de importação aplicadas aos diferentes produtos de carne variam de 26,6% a 79,3%.

A exceção é a chamada "Cota Hilton", que desde 1979 aplica uma taxa de 20% sobre carnes de alta qualidade produzidas em várias partes do mundo, não só nos países do Mercosul. A Argentina é a que mais se beneficia do imposto reduzido e responde por três quartos das exportações do bloco sul-americano¹⁵⁰.

Para além da cota de 200 mil toneladas em vigência, o acordo prevê a abertura de uma cota extra de 99 mil toneladas de carne bovina a serem exportadas pelo Mercosul.

Do volume da cota extra, 55% seriam destinados a carnes frescas e de alta qualidade. Já os 45% restantes ficariam reservados a carnes congeladas.

As importações enquadradas nessa nova cota estariam sujeitas a uma tarifa de 7,5%. A abertura do mercado seria realizada de forma gradual, ao longo de seis anos¹⁵¹. Já no caso específico da Cota Hilton, a tarifa seria zerada¹⁵².

Num cenário conservador, o estudo da LSE estima um aumento de 26% a 37% das importações pela União Europeia da carne bovina produzida nos países sul-americanos. Já num quadro mais radical, o incremento pode variar de 54% a 78%¹⁵³.

Em comunicado de julho de 2019, a ABIEC informou que a parcela da cota extra de 99 mil toneladas que caberá a cada Estado-membro seguirá a divisão proposta pelo Fórum Mercosul da Carne, com a seguinte proporção¹⁵⁴:

Brasil: 42,5%

Argentina: 29,5%

Uruguai: 21%

Paraguai: 9%

Assim, os cálculos da ABIEC mostram que, com a aprovação do acordo, a indústria brasileira poderá vender por volta de mais 52 mil toneladas de carne bovina para a União Europeia mediante tarifas especiais.

O cálculo considera as 42 mil toneladas enquadradas na alíquota de 7,5% da cota extra criada pelo tratado. Também leva em conta as 10 mil toneladas que o Brasil já está habilitado a exportar por meio da cota Hilton – e que, como já salientado, seriam completamente isentas de tributos¹⁵⁵.

CARNE DE FRANGO E CARNE SUÍNA

A União Europeia consome cerca de 14 milhões de toneladas de carne de frango por ano. Desse total, 800 mil são importadas – o Mercosul responde por metade do volume fornecido por nações estrangeiras.

O acordo firmado entre os dois blocos comerciais prevê uma cota extra de 180 mil toneladas totalmente isentas de tarifa. Desse volume, 50% seriam destinados à carne com osso e a outra metade, à carne sem osso. Assim como no caso dos bovinos, a abertura à cota extra de frango também seria faseada ao longo de seis anos¹⁵⁶.

De acordo com a ABPA, o Brasil responde por quase todo o volume de carne de frango exportado do Mercosul para a União Europeia. A cota que cabe ao país é de 345,7 mil toneladas, subdivididas em diferentes grupos. O principal é o do "frango salgado", que perfaz um total de 170,8 mil toneladas.

Os frigoríficos brasileiros têm especial interesse na ampliação das exportações de frango in natura, proposta pelo tratado, por razões tributárias e sanitárias¹⁵⁷.

Hoje, as exportações desse produto estão isentas de taxa até um limite de volume muito baixo, de apenas 16,7 mil toneladas por ano. Para além disso, a tarifa adicional cobrada é, na prática, impeditiva.

Por essa razão, as empresas brasileiras acabam comercializando principalmente o frango salgado – produto que não é considerado in natura pelas autoridades europeias. Dessa maneira, o frango salgado está sujeito a regras sanitárias semelhantes às exigidas do frango cozido, principalmente no que se refere à presença de salmonela.

A ABPA enxerga essas exigências sanitárias como um mecanismo protecionista praticado pela União Europeia com o objetivo de barrar as exportações brasileiras¹⁵⁸. Por isso, enxerga com bons olhos o aumento da cota de frango in natura.

Por fim, o acordo também vai viabilizar a exportação de carne suína produzida pelos países do Mercosul. Há pelo menos meia década a indústria brasileira realizava investidas para emplacar a comercialização do produto¹⁵⁹. A cota autorizada será da ordem de 25 mil toneladas, a uma tarifa de 83 euros por tonelada¹⁶⁰.



OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO ACORDO UE-MERCOSUL

CONTEXTO

É público e notório que o governo federal brasileiro, sob o mandato do presidente Jair Bolsonaro, tem uma identificação mais do que visceral com a agenda ruralista.



Protesto contra o acordo comercial em frente à embaixada brasileira na Suécia (Foto: Divulgação)

Na política indigenista, isso se traduz na intenção de abrir os territórios dos povos originários à exploração mineral e agropecuária¹⁶¹, na paralisação dos processos de demarcação de novas terras indígenas e até mesmo na tentativa de reduzir áreas já demarcadas para atender a pressões de produtores rurais interessados na apropriação de terras públicas¹⁶².

Na esfera ambiental, por sua vez, a sinergia entre governo e ruralistas redundou em um verdadeiro desmonte das estruturas de Estado de prevenção e repressão a crimes contra o meio ambiente.

Bolsonaro em pessoa chegou a colocar em xeque o mundialmente reconhecido sistema brasileiro de sensoriamento remoto, desenvolvido pelo INPE para mapear focos de queimadas irregulares.¹⁶³ Além disso, o governo do presidente também esvaziou as fiscalizações empreendidas pelo IBAMA¹⁶⁴ e revogou o zoneamento do plantio de cana de açúcar de 2009 que proibia lavouras em áreas que pudessem ameaçar biomas sensíveis, como a Amazônia e o Pantanal¹⁶⁵.

Essas medidas se refletiram no avanço expressivo dos índices de desmatamento em 2019 e, sobretudo, em 2020¹⁶⁶.

Já na política fundiária, o endosso do Executivo à agenda ruralista se cristalizou na interrupção do programa de reforma agrária destinado a agricultores familiares sem-terra¹⁶⁷ e na tentativa de aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 2633/2020.

Apelidado de “PL da Grilagem”, e criticado por organizações ambientalistas e de direitos humanos, a medida tinha o pretense objetivo de agilizar a titulação de imóveis rurais irregulares na Amazônia – muitos deles suspeitos de apropriação privada fraudulenta por produtores rurais.

Em maio passado, o “PL de Grilagem” motivou inclusive uma ameaça de rompimento de relações comerciais com fornecedores brasileiros por parte de algumas das mais importantes multinacionais do ramo de alimentos¹⁶⁸.

Por todas essas razões, não é exagero dizer que o próprio governo brasileiro vem contribuindo para impulsionar conflitos por terra, ataques aos direitos de povos indígenas e ações de desmate ilegal de biomas protegidos.

Nesse contexto, as dúvidas sobre os potenciais riscos socioambientais e trabalhistas representados pelo acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul ganham ainda mais relevância.

O relatório com a Avaliação do Impacto de Sustentabilidade (AIS) do acordo, realizado pela London School of Economics (LSE) a pedido da União Europeia, afirma que a associação com o Mercosul não representa necessariamente uma pressão sobre biomas protegidos, nem tampouco um risco a povos tradicionais e trabalhadores em situação de vulnerabilidade, decorrentes de um possível alargamento da fronteira agrícola no Brasil.

Segundo a avaliação do relatório, existe espaço para que a agropecuária do país ganhe escala e se torne mais intensiva, incrementando o potencial das pastagens recém-abertas de baixa produtividade. Ou seja, seria tecnicamente viável aumentar a produção sem recorrer à abertura de novas áreas.

A análise se apoia nos dados verificados entre 2004 e 2012, período em que houve uma considerável redução dos índices de desmatamentos, apesar do expressivo aumento da cotação das commodities agrícolas no mercado internacional – principalmente da carne bovina¹⁶⁹.

Inclusive, a AIS recomenda expressamente que se recuperem as políticas públicas ambientais, bem como as ações de cumprimento da lei, desenvolvidas ao longo daqueles oito anos.

Porém, os questionamentos sobre os impactos socioambientais do acordo se tornam ainda mais preocupantes quando, para além do atual contexto político brasileiro, verifica-se que os mecanismos previstos no tratado para mitigação de riscos não parecem dar conta dos principais desafios gerados pela inevitável expansão da indústria da carne – maior vetor de desmatamento ilegal e apropriação fraudulenta de terras públicas no país.

MITIGAÇÃO DE IMPACTOS

O texto do acordo de associação UE-Mercosul contém uma série de cláusulas que remetem a compromissos internacionais de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.



Jaguar que morreu fugindo dos incêndios no Pantanal em 2020 (Foto: João Paulo Guimarães /Repórter Brasil)

No capítulo sobre "Comércio e Desenvolvimento Sustentável", um dos mais relevantes para a regulação dos negócios da indústria da carne, o Artigo 6 prevê que os países signatários persigam os objetivos do Tratado de Paris e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para conter o aquecimento global¹⁷⁰.

O Artigo 8, por sua vez, faz menção à necessidade de as partes do acordo se esforçarem para a preservação de florestas em consonância com Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, lançada pela ONU cinco anos atrás.

O mesmo artigo também ressalta a importância de consultar comunidades locais e povos indígenas "como forma de aprimorar seus meios de subsistência e de promover a conservação e o uso sustentável das florestas", numa tradução livre¹⁷¹.

Já o Artigo 11 trata especificamente do controle das cadeias produtivas, levando em conta as diretrizes contidas em convenções da OIT e em documentos como "Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos"¹⁷².

Contudo, há lacunas fundamentais que colocam em xeque a real capacidade de os países signatários do acordo realmente efetivarem essas metas. Algumas cláusulas ou não ensejam compromissos com força de lei ou são vagas a ponto de serem fundamentalmente aspiracionais. Faltam mecanismos efetivos de cumprimento e de punição. Em última instância, sem ferramentas claras para a execução e o controle de políticas públicas

socioambientais, e sem instrumentos eficazes de sanção em caso de irregularidades, o tratado pode ficar limitado ao campo das boas intenções.

LACUNA: RASTREABILIDADE

Na indústria da carne, um dos principais gargalos do tratado é a ausência de ferramentas de rastreabilidade do gado e de transparência de dados¹⁷³.

Embora recomende o intercâmbio de informações entre União Europeia e Mercosul, o texto do acordo não entra nas minúcias de como essa troca deve acontecer na prática.

No caso brasileiro, até existe uma base de dados – o SISBOV – mantida pelo governo federal com o objetivo de monitorar o trânsito de gado bovino e bubalino pelo país. Porém, além de não disponibilizar as informações de forma pública e acessível, o sistema é desenhado para fins de controle eminentemente sanitário¹⁷⁴.

Em outras palavras, o SISBOV ainda não incorpora referências sobre desmatamento ilegal, exploração de trabalho escravo ou violação de direitos de povos indígenas à sua base de dados. Portanto, não corresponde às metas de sustentabilidade apregoadas pelo tratado de associação UE-Mercosul.

O SISBOV é um sistema de rastreabilidade usado obrigatoriamente apenas para as exportações de carne bovina de alto padrão enquadradas na Cota Hilton (ver capítulo anterior). Portanto, compreende uma pequena parcela da carne embarcada para a União Europeia. As vendas sob a cota Hilton estão atualmente limitadas a 10 mil toneladas de carne brasileira por ano. Em 2019, por exemplo, isso equivalia a menos de 10% do volume importado pela UE.

Na realidade, o limite imposto pela cota Hilton frequentemente nem é atingido. No ciclo de 2018/2019, o Brasil usou apenas 50% da cota a que tinha direito.

Novamente, é importante ressaltar que os frigoríficos brasileiros vêm construindo há mais de uma década sistemas próprios para controle de fornecedores, com o objetivo de evitar a compra de gado de pecuaristas e fazendas envolvidas em irregularidades – conforme previsto no "TAC da Carne".

No entanto, como também já salientado, o rastreamento continua especialmente frágil no que se refere aos fornecedores indiretos, e frequentemente as políticas corporativas não são cumpridas adequadamente. Além disso, as informações dos sistemas próprios dos frigoríficos não são de acesso público, o que dificulta o controle social sobre essas cadeias de fornecimento.

LACUNA: DEVIDA DILIGÊNCIA

Outro ponto a ser ressaltado é a ausência de leis que obriguem as empresas, tanto as dos países europeus como as dos sul-americanos, a promover a chamada "devida diligência" – e que, igualmente, as tornem responsáveis por eventuais impactos causados por suas cadeias de fornecimento.

Em linhas gerais, trata-se da criação de um marco regulatório corporativo que obrigue as empresas a atuarem proativamente na depuração de suas cadeias de fornecimento de modo a limar insumos produzidos de forma não sustentável. Além disso, que também estabeleça sanções em caso de descumprimento das obrigações, e que garanta compensações às vítimas em caso de violações de direitos humanos e de danos ao meio ambiente.

Atualmente, na União Europeia, apenas a França conta com uma lei que institui a devida diligência sobre a cadeia de abastecimento das empresas no país – a chamada "Loi de Vigilance"¹⁷⁵.

Um relatório elaborado por um amplo consórcio de organizações da sociedade civil ressalta que o tratado UE-Mercosul não prevê implicações legais e sanções claras a empresas envolvidas em eventuais danos socioambientais gerados por seus fornecedores. Aponta, ainda, que o acordo também falha ao não possibilitar que as empresas europeias possam ser responsabilizadas judicialmente em seus países de origem.

LACUNA: INCLUSÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E DIREITOS HUMANOS

Ainda que compromissos internacionais – caso da Convenção 169 da OIT – proponham expressamente a consulta a povos indígenas antes da execução de projetos agropecuários, de mineração e de infraestrutura que possam impactar seus modos de vida, a negociação do acordo UE-Mercosul, debatido ao longo de duas décadas, passou ao largo dos interesses dessas comunidades¹⁷⁷.

O texto do tratado, no Artigo 8 do capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável, faz menção ao conceito utilizado pela ONU de "consulta livre, prévia e informada". Porém, não constam do texto detalhes sobre como envolver de fato as comunidades tradicionais em tomadas de decisão. E, principalmente, não há estipulação de punições, nem previsão de instâncias adequadas para receber denúncias e apurar eventuais irregularidades.



NOTAS

- 1 Enquanto o rebanho brasileiro é quase que totalmente de gado bovino, rebanho indiano é majoritariamente composto por bubalinos (carabeef)
- 2 USDA, “Livestock and Poultry: World Markets and Trade”: <https://www.fas.usda.gov/data/livestock-and-poultry-world-markets-and-trade> and <https://www.fas.usda.gov/data/india-livestock-and-products-se-mi-annual-3>
- 3 Dados a última Pesquisa da Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PPM-IBGE), relativos a 2018 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=destaques>). As estimativas mais recentes do United States Department of Agriculture (USDA) apontavam, em 2020, 244 milhões de cabeças no país
- 4 Estimativa do IBGE para julho de 2020 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>)
- 5 Dados a última Pesquisa da Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PPM-IBGE), relativos a 2018 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=destaques>)
- 6 IBGE, Censo Agropecuário: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=25757&t=resultados>
- 7 Idem
- 8 CNTA, “Cnta, Contac E Uita Lançam Campanha E Cobram Ações Contra Covid Nos Frigoríficos”: <http://www.cntaafins.org.br/noticias/cnta/1001-cnta-contac-e-uita-lancam-campanha-e-cobram-a-coes-contra-covid-nos-frigorificos>
- 9 USDA, “Livestock and Poultry: World Markets and Trade”: <https://www.fas.usda.gov/data/livestock-and-poultry-world-markets-and-trade>
- 10 Idem
- 11 Idem
- 12 ABIEC, “Perfil da Pecuária do Brasil 2020”: <http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2020/>
- 13 IABPA, “Relatório Anual 2020”: <https://abpa-br.org/abpa-lanca-relatorio-anual-2020/>
- 14 Idem
- 15 ABIEC, “Perfil da Pecuária do Brasil 2020”: <http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2020/>
- 16 ABPA, “Relatório Anual 2020”: <https://abpa-br.org/abpa-lanca-relatorio-anual-2020/>
- 17 SEEG Brasil/ Observatório do Clima, “Análise das Emissões Brasileira de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas do Brasil 1970 – 2018”: <https://seeg-br.s3.amazonaws.com/2019-v7.0/documentos-analiticos/SEEG-Relatorio-Analitico-2019.pdf>

- 18 Idem
- 19 Idem
- 20 Uma rede de mais de 40 organizações não governamentais que estuda as mudanças climáticas no contexto brasileiro
- 21 SEEG Brasil/ Observatório do Clima, “Impacto Da Pandemia De Covid-19 Nas Emissões De Gases De Efeito Estufa No Brasil”: http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/05/OC_notatecnica_FINAL.pdf
- 22 Folha de São Paulo: “Amazônia já tem mais queimadas em 2020 do que em todo o ano passado” <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/10/amazonia-ja-tem-mais-queimadas-em-2020-do-que-em-todo-o-ano-passado.shtml>
- 23 Projeto Terra Class 2014: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php
- 24 IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>
- 25 UOL: “90% das queimadas em áreas de agronegócio na Amazônia são para criar gado”: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/30/queimadas-na-amazonia-sao-9-vezes-maiores-em-pastagens-que-em-area-agricola.htm?cmpid=copiaecola>
- 26 G1, “Pantanal tem segundo maior número de queimadas para agosto desde início das medições; focos detectados na Amazônia superam média histórica”: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/01/pantanal-tem-segundo-maior-numero-de-queimadas-para-agosto-desde-inicio-das-medicoes-focos-detectados-na-amazonia-superam-media-historica.ghtml>
- 27 Agrosatélite, “Análise Geoespacial da Soja – Bioma Cerrado”: https://abiove.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio_An%C3%A1lise-Geoespacial-da-Soja-no-Cerrado_pt.pdf
- 28 Instituto Socioambiental: “Invasores produzem maior desmatamento em Terras Indígenas em 11 anos”: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/invasores-produzem-maior-desmatamento-em-terras-indigenas-em-11-anos>
- 29 Amnesty, “Brazil: Fence off and bring the cattle: Illegal Cattle farming in Brazil’s Amazon”: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/1401/2019/en/>
- 30 Idem
- 31 Governo Federal, “Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil”: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>
- 32 ILO. “Fighting Forced Labour: The Example of Brazil”: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_111297.pdf
- 33 Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo
- 34 Repórter Brasil, “Brazil’s Poultry Industry”: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Monitor2_ENG.pdf
- 35 Idem

- 36 Idem
- 37 Idem
- 38 Jornal de Beltrão, “Produtores assinam pauta de reivindicações à BRF”: [https://www.jornaldebelt-
trao.com.br/noticia/302015/produtores-assinam-pauta-de-reivindicacoes-a-brf/](https://www.jornaldebelt-
trao.com.br/noticia/302015/produtores-assinam-pauta-de-reivindicacoes-a-brf/) / G1, “Avicultores fazem
protesto em frente a frigorífico no Sul de Santa Catarina”: [http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noti-
cia/2014/03/avicultores-fazem-protesto-para-pedir-aumento-no-preco-do-frango-no-sul.html](http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noti-
cia/2014/03/avicultores-fazem-protesto-para-pedir-aumento-no-preco-do-frango-no-sul.html)
- 39 Dados compilados pelo Projeto Nacional de Adequação do Meio Ambiente de Trabalho em Frigorífi-
cos, do Ministério Público do Trabalho (MPT)
- 40 Repórter Brasil, “Slaughtering People”: <http://slaughteringpeople.org/>
- 41 CNTA, “Campanha contra Covid-19 em frigoríficos tem ações em Limeira/SP”: [http://cntaafins.org.
br/noticias/cnta/1004-campanha-contra-covid-19-em-frigorificos-tem-aco-es-em-limeira](http://cntaafins.org.
br/noticias/cnta/1004-campanha-contra-covid-19-em-frigorificos-tem-aco-es-em-limeira)
- 42 UOL, “Coronavírus: frigoríficos concentram um terço dos casos de covid-19 no RS, diz Ministério
Público do Trabalho”: [https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/05/26/coronavirus-fri-
gorificos-concentram-um-terco-dos-casos-de-covid-19-no-rs-diz-mp-do-trabalho.htm?cmpid=copiaecola](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/05/26/coronavirus-fri-
gorificos-concentram-um-terco-dos-casos-de-covid-19-no-rs-diz-mp-do-trabalho.htm?cmpid=copiaecola)
- 43 Estadão, “Com casos de coronavírus, frigoríficos são interditados no Rio Grande do Sul e em Santa
Catarina”: <https://brasil.estadao.com.br/ao-vivo/coronavirus-no-brasil/720395>
- 44 CNTA, “Cnta, Contac e Uita lançam campanha e cobram ações contra Covid nos frigoríficos”: [https://
www.cntaafins.org.br/noticias/cnta/1001-cnta-contac-e-uita-lancam-campanha-e-cobram-aco-es-contra-co-
vid-nos-frigorificos](https://
www.cntaafins.org.br/noticias/cnta/1001-cnta-contac-e-uita-lancam-campanha-e-cobram-aco-es-contra-co-
vid-nos-frigorificos)
- 45 Valor 100: <https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking1000maiores>
- 46 Trase: <https://trase.earth/>
- 47 Idem
- 48 JBS, “2019 Annual and Sustainability Report”: [https://jbs.com.br/en/sustainability/ras/annual-and-
-sustainability-reports/](https://jbs.com.br/en/sustainability/ras/annual-and-
-sustainability-reports/)
- 49 Valor, “MPF acusa JBS de corrupção e pede devolução de mais de RR 21 bilhões ao BNDES”: [https://
valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/12/10/mpf-acusa-jbs-e-bndes-
-de-corrupcao-e-pede-devolucao-de-mais-de-r-21-bilhoes.ghtml](https://
valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/12/10/mpf-acusa-jbs-e-bndes-
-de-corrupcao-e-pede-devolucao-de-mais-de-r-21-bilhoes.ghtml)
- 50 JBS, “Prospects, Reference and Registration Forms”: [https://ri.jbs.com.br/en/cvm-filings/prospects-
-reference-and-registration-forms/](https://ri.jbs.com.br/en/cvm-filings/prospects-
-reference-and-registration-forms/)
- 51 BRF, “2020 Reference Form”: <https://ri.brf-global.com/en/capital-markets/cvm-files/>
- 52 <https://westonimporters.com/>
- 53 Minerva “Formulário de Referência 2020”: [http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteu-
do_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40381](http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteu-
do_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40381)
- 54 Repórter Brasil, “Amazon: How cattle ranchers circumvent agreement signed with prosecutors and
encourage deforestation”: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/amazon-how-cattle-ranchers-circumvent->

[-agreement-signed-with-prosecutors-and-encourage-deforestation/](#)

55 Greenpeace, "Minimum Criteria for Industrial Scale Cattle Operations in the Brazilian Amazon Biome": <https://www.greenpeace.org/usa/research/minimum-criteria-for-i/>

56 Repórter Brasil, "Amazônia: como criadores de gado driblam acordo com MPF e incentivam desmatamento": <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/amazonia-como-criadores-de-gado-driblam-acordo-com-mpf-e-incentivam-desmatamento/>

57 Repórter Brasil, "Deforestation in the Cerrado: control by meatpackers is worse than in the Amazon": <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/deforestation-in-the-cerrado-control-by-meatpackers-is-worse-than-in-the-amazon/>

58 Uma lista deles pode ser encontrada aqui: <https://reporterbrasil.org.br/cattlewatch/>

59 Repórter Brasil, "Juiz acata pedido de empresa de Daniel Dantas para despejar 212 famílias no Pará": <https://reporterbrasil.org.br/2019/09/com-reforma-agraria-paralisada-juiz-acata-pedido-de-empresa-do-daniel-dantas-para-despejar-212-familias-no-para/>

60 Repórter Brasil, "Even after a 25-million-real fine, JBS still sources livestock from Amazon-deforesting companies": <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/even-after-a-25-million-real-fine-jbs-still-sources-livestock-from-amazon-deforesting-companies/>

61 Greenpeace, "Como o desmatamento e a criação de gado têm ameaçado a biodiversidade brasileira": <https://www.greenpeace.org/brasil/biodiversidade/como-o-desmatamento-e-a-criacao-de-gado-tem-ameacado-a-biodiversidade-brasileira/>

62 Repórter Brasil, "Amazon: How cattle ranchers circumvent agreement signed with prosecutors and encourage deforestation": <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/amazon-how-cattle-ranchers-circumvent-agreement-signed-with-prosecutors-and-encourage-deforestation/>

63 Repórter Brasil, "JBS, Marfrig and Frigol buy cattle from deforesters in area highly affected by fires in the Amazon": <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/jbs-marfrig-and-frigol-buy-cattle-from-deforesters-in-area-highly-affected-by-fires-in-the-amazon/>

64 Idem

65 Idem

66 Idem

67 Idem

68 Repórter Brasil, "Deforestation in the Cerrado: control by meatpackers is worse than in the Amazon": <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/deforestation-in-the-cerrado-control-by-meatpackers-is-worse-than-in-the-amazon/>

69 Idem

70 Idem

71 Repórter Brasil, "'Pirate cattle' from indigenous land and its links with meatpackers Marfrig, Frigol and Mercury" <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/pirate-cattle-from-indigenous-land-and-its-links-with->

[-meatpackers-marfrig-frigol-and-mercury/](#)

72 Greenpeace, "Ituna-Itatá: uma terra indígena da Amazônia tomada por ganância e destruição" <https://www.greenpeace.org/brasil/ituna-itata-uma-terra-indigena-da-amazonia-tomada-por-ganancia-e-destruicao/>

73 The Guardian, "Brazilian meat companies linked to farmer charged with 'massacre' in Amazon": <https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/03/brazilian-meat-companies-linked-to-farmer-charged-with-massacre-in-amazon>

74 Idem

75 Idem

76 Idem

77 Repórter Brasil, "Juiz acata pedido de empresa de Daniel Dantas para despejar 212 famílias no Pará": <https://reporterbrasil.org.br/2019/09/com-reforma-agraria-paralisada-juiz-acata-pedido-de-empresa-do-daniel-dantas-para-despejar-212-familias-no-para/>

78 Repórter Brasil, "Brazilian meat industry encroaches on Paraguayan Chaco": <https://reporterbrasil.org.br/2018/07/brazilian-meat-industry-encroaches-on-paraguayan-chaco/>

79 Idem

80 Idem

81 Idem

82 Idem

83 Idem

84 The Guardian, "Waitrose pulls its corned beef off shelves after Guardian reveals alleged slavery links": <https://www.theguardian.com/global-development/2017/jun/06/waitrose-pulls-its-corned-beef-off-shelves-after-guardian-reveals-alleged-slavery-links-brazil>

85 Repórter Brasil, "Cattle Route: Modern Slavery And The British Market": https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/documents/Cattle_2018_1.pdf

86 Repórter Brasil, "Brazil's poultry industry": https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Monitor2_ENG.pdf

87 Idem

88 Idem

89 Idem

90 Idem

91 Idem

- 92 Ver capítulo “Multinacionais da carne”
- 93 Statista, “Turnover of the leading 15 retailers in Europe in 2019”: <https://www.statista.com/statistics/642417/retail-turnover-top-retailers-europe/>
- 94 Friends of the Earth UK, “Corned beef being sourced from company linked to Amazon destruction”: <https://friendsoftheearth.uk/climate-change/corned-beef-being-sourced-company-linked-amazon-destruction/> / Lidl online store: <https://web.archive.org/web/20201119134714/https://www.lidl.co.uk/en/p/tins-and-jars/manor-house-corned-beef/p357> (acessado em 20 de Novembro, 2020)
- 95 Aldi online store: <https://groceries.aldi.co.uk/en-GB/p-the-deli-5-slices-corned-beef-175g/4088600020341> (acessado em 20 de Novembro, 2020); <https://groceries.aldi.co.uk/en-GB/p-bramwells-corned-beef-340g/4088600146195> (acessado em 20 de Novembro, 2020)
- 96 Merkur, „Krachdämlich“: Empörung über Aldi-Steak - Discounter rechtfertigt sich: <https://www.merkur.de/verbraucher/aldi-rindfleisch-discounter-supermarkt-facebook-kritik-empoeerung-nachhaltigkeit-fleisch-zr-13798639.html>
- 97 Earthsight, “Bad beef: UK retailers feed illegal deforestation fears as corned beef imports from corruption-hit Brazilian firm persist”: <https://www.earthsight.org.uk/news/idm/brazil-corned-beef-jbs-uk-supermarkets-deforestation-amazon>
- 98 Carrefour online store: <https://drive.carrefour.eu/fr/Conserves/Conserve-de-viande/Jack-Link%27s-Beef-Jerky-Original-25-g/p/05118603> (acessado em 20 de Novembro de 2020)
- 99 Carrefour online store: <https://www.carrefour.fr/p/nuggets-au-poulet-pere-dodu-3596690760449> (acessado em 20 de Novembro de 2020)
- 100 Carrefour Dubai: <https://www.carrefouruae.com/mafuae/en/root-maf-category/food-navigation-category/fresh-food/meat-poultry/beef/brazilian-beef/braz-bf-striploin-steak/p/399008>; Carrefour Jordânia: <https://www.carrefourjordan.com/mafjor/en/fresh-food/meat-poultry/beef/brazilian-beef/brazil-beef-tenderloin-young/p/358840>; Carrefour Arábia Saudita: <https://www.carrefourksa.com/mafsau/en/root-maf-category//fresh-food/meat-poultry/beef/brazilian-beef/brazilian-beef-cubes-topside/p/584176> (acessado em 20 de Novembro de 2020)
- 101 Repórter Brasil, “Supermarkets purchased meat from suppliers charged with using slave labor”: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/supermarkets-purchased-meat-from-suppliers-charged-with-using-slave-labor/>; Repórter Brasil, “Desmatamento na Amazônia: controle de supermercados sobre fornecedores irregulares de carne bovina é falho, dizem entidades”: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/desmatamento-na-amazonia-controle-de-supermercados-sobre-fornecedores-irregulares-de-carne-bovina-e-falho-dizem-entidades/>
- 102 Repórter Brasil, “Carrefour suspende compra de carne produzida com trabalho escravo”: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/09/18/carrefour-suspende-compra-de-carne-produzida-com-trabalho-escravo.htm>
- 103 Repórter Brasil, “Íntegra das respostas das redes de supermercados”: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/integra-das-respostas-das-redes-de-supermercados/>
- 104 Idem
- 105 Repórter Brasil, “Slaughtering People: A Multimedia Investigation into the Global Market of Meat”:

<https://reporterbrasil.org.br/2013/06/slaughtering-people-a-multimedia-investigation-into-the-global-market-of-meat/>; Tesco online store: <https://www.tesco.com/groceries/en-GB/products/257589358>

106 Valor, “Marfrig avalia investimento de R\$ 600 milhões no interior de SP”: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/marfrig-avalia-investimento-de-r-600-milhoes-no-interior-de-sao-paulo.ghtml>

107 Tesco online store: <https://www.tesco.com/groceries/en-GB/products/279602425> (acessado em 25 de Novembro de 2020)

108 Greenpeace, “Tesco urged to cut links with forest destroyers as the Amazon burns”: <https://www.greenpeace.org.uk/news/tesco-urged-to-cut-links-with-forest-destroyers-as-the-amazon-burns/>

109 Rewe online store: <https://shop.rewe.de/p/tulip-corned-beef-340g/8035239> (acessado em 23 de Novembro de 2020)

110 Rewe online store: <https://shop.rewe.de/p/jack-link-s-beef-jerky-original-70g/8092126> (Acessado em 23 de Novembro de 2020)

111 Christlichen Initiative Romero (CIR), “Unser Taglich Fleisch”: http://www.supplychainge.org/fileadmin/reporters/at_files/CIR_Chicken_Nugget_Studie_Broschuere_webversion.pdf

112 Idem

113 Edeka Food Service: http://edeka-foodservice.de/lmiv/lmiv_detail.jsp?region=NBS-T&id=000000003937092001; https://edeka-foodservice.de/lmiv/lmiv_detail.jsp?region=MI&id=00000000006458461; https://edeka-foodservice.de/lmiv/lmiv_detail.jsp?region=LSGV&id=000000000001401467; http://edeka-foodservice.de/lmiv/lmiv_detail.jsp?region=SW&id=000000000000466616 (Acessados em 27 de Novembro de 2020)

114 Dados Alfandegarios acessados pela Reportier Brasil

115 Sainsbury’s online store: <https://www.sainsburys.co.uk/gol-ui/product/afro-caribbean/exeter-halal-corn-beef-340g> (Acessado em 24 de novembro de 2020)

116 Sainsbury’s online store: <https://www.sainsburys.co.uk/gol-ui/product/american/jack-links-original-beef-jerky-25g> (Acessado em 24 de novembro de 2020)

117 Sainsbury’s online store: <https://www.sainsburys.co.uk/gol-ui/product/all-beef/sainsburys-corned-beef-100g> (Acessado em 24 de novembro de 2020)

118 Sainsbury’s online store: <https://www.sainsburys.co.uk/gol-ui/product/100s-of-prices-dropped/sainsburys-chicken-korma-400g> (Acessado em 24 de novembro de 2020)

119 Casino online store: https://plus.casino.fr/products/MPX_3886179/details (Acessado em 24 de novembro de 2020)

120 Spar online store: <https://www.spar.fr/magasin-spar-20118-sagone///produit-tw899-262027.html> (acessado em 24 de novembro de 2020)

121 Reportier Brasil, “Supermarkets purchased meat from suppliers charged with using slave labor”: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/supermarkets-purchased-meat-from-suppliers-charged-with-using-slave-labor/>; Reportier Brasil, “Desmatamento na Amazonia: controle de supermercados sobre fornecedores

[irregulares de carne bovina é falho, dizem entidades](https://reporterbrasil.org.br/2020/06/desmatamento-na-amazonia-controle-de-supermercados-sobre-fornecedores-irregulares-de-carne-bovina-e-falho-dizem-entidades/): <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/desmatamento-na-amazonia-controle-de-supermercados-sobre-fornecedores-irregulares-de-carne-bovina-e-falho-dizem-entidades/>

122 Registros alfandegários acessados pela Repórter Brasil

123 Mercur, "Nach Tönnies-Skandal: Aldi, Lidl und Co. ziehen erste Konsequenzen - Lage spitzt sich zu": <https://www.merkur.de/verbraucher/aldi-lidl-rewe-edeka-corona-toennies-fleisch-wurst-essen-supermarkt-discounter-nrw-guetersloh-zr-13821976.html> (acessado em 26 de novembro de 2020)

124 Folha de S. Paulo, "Fundos que administram US\$ 4,1 tri em ativos pressionam Brasil a combater desmatamento": <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/investidores-e-deputados-da-ue-elevam-pressao-contr-desmatamento-no-brasil.shtml>

125 Open letter from financial institutions to halt deforestation in Brazil: https://sakochliv.se/wp-content/uploads/2020/06/20200623_Open_letter_from_financial_institutions_to_halt_deforestation_in_Brazilian_003-.pdf

126 Financial Times, "Investors warn Brazil to stop Amazon destruction": <https://www.ft.com/content/ad1d7176-ce6c-4a9b-9bbc-cbdb6691084f>

127 Folha de S. Paulo, "Fundo Nordea exclui investimento na JBS e avalia ligação de empresas com desmate": <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/fundo-nordea-exclui-investimento-na-jbs-e-avalia-ligacao-de-empresas-com-desmate.shtml>

128 G1, "Mourão e ministros fazem videoconferência com investidores estrangeiros para falar de Amazônia": <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/09/mourao-e-ministros-fazem-videoconferencia-com-investidores-estrangeiros-para-falar-de-amazonia.ghtml>

129 The Guardian, "HSBC sounds alarm over investment in meat giant due to deforestation inaction": <https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/12/hsbc-sounds-alarm-over-investment-in-meat-giant-jbs-due-to-deforestation-inaction>

130 JBS, "Composição Acionária e Societária": <https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/governanca-corporativa/composicao-acionaria-e-societaria/>

131 Global Witness, "Money to Burn": <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/money-to-burn-how-iconic-banks-and-investors-fund-the-destruction-of-the-worlds-largest-rainforests/>

132 Amazon Watch, "Complicity ind Destruction II: How Northern consumers and financiers enable Bolsonaro's assault on the Brazilian Amazon": <https://amazonwatch.org/assets/files/2019-complicity-in-destruction-2.pdf>

133 Marfrig, "Ownership Breakdown": <https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/composicao-acionaria/?lang=en>

134 Amazon Watch, "Complicity ind Destruction II: How Northern consumers and financiers enable Bolsonaro's assault on the Brazilian Amazon": <https://amazonwatch.org/assets/files/2019-complicity-in-destruction-2.pdf>

135 Minerva, "Composição Acionária":

http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40373

136 IFC, "IFC Supports Minerva's Sustainable Expansion in South America with BRL 185 million Investment, including Equity": <https://ifcext.ifc.org/IFCExt/pressroom/IFCPressRoom.nsf/0/9AD7AED1E-D28A3F885257BE20075256E?OpenDocument>

137 Valor Econômico, "Expansão para EUA e UE reduzirá risco geopolítico na BRF": <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/12/23/expansao-para-eua-e-ue-reduzira-risco-geopolitico-na-brf.ghtml>Your text here

138 Valor Econômico, "BRF capta € 500 milhões com emissão inédita de bônus 'verdes'": <https://valor.globo.com/financas/noticia/2015/06/01/brf-capta-eur-500-milhoes-com-emissao-inedita-de-bonus-verdes.ghtml>

139 BRF, "Material Facts and Notices": <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4d44a134-36cc-4fea-b520-393c4aceabb2/21488bd4-e215-88e6-b389-c656ff925a48?origin=1>

140 Ministério das Relações Exteriores, "Conclusão das Negociações do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia": <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20560-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia-nota-conjunta-dos-ministerios-das-relacoes-exteriores-da-economia-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-bruxelas-27-e-28-de-junho-de-2019>

141 Ministério das Relações Exteriores, "Acordo de Associação Mercosul - União Europeia": http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf

142 Folha de S. Paulo, "União Europeia quer que Mercosul assine compromisso com metas ambientais": <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/uniao-europeia-quer-que-mercosul-assine-compromisso-com-metas-ambientais.shtml>

143 Valor Econômico, "UE espera queda do desmatamento para avaliar acordo": <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/13/ue-espera-queda-do-desmatamento-para-avaliar-acordo.ghtml>

144 Valor Econômico, "Análise: Alemanha pode deixar acordo UE-Mercosul para presidência portuguesa do bloco": <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/22/analise-alemanha-pode-deixar-acordo-ue-mercosul-para-presidencia-portuguesa-do-bloco.ghtml>

145 DW, "França reitera oposição ao acordo Mercosul-UE": <https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-reitera-oposi%C3%A7%C3%A3o-ao-acordo-mercosul-ue/a-54980060>

146 Folha de S. Paulo, "'É claro que não pode haver acordo' com Mercosul, diz premiê austríaco": <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/e-claro-que-nao-pode-haver-acordo-com-mercosul-diz-premie-austriaco.shtml>

147 Político, "Dombrovskis moves to save Mercosur deal": <https://www.politico.eu/article/dombrovskis-hopes-to-save-mercosur-deal/>

148 European Commission, "Agreement in Principle / Portuguese": https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158250.pdf

149 LSE, "Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur"

https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2020/july/tradoc_158889.pdf

150 Idem

151 European Commission, "Better export opportunities for European farmers and food producers":
https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158059.pdf

152 Senado Federal, "Acordo Mercosul - União Europeia: riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro":
<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td268>

153 LSE, "Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur":
https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2020/july/tradoc_158889.pdf

154 Canal Rural, "Acordo Mercosul UE: Brasil vai ficar com quase metade da cota para carne bovina":
<https://blogs.canalrural.com.br/ultimasdebrasil/2019/07/03/acordo-mercosul-ue-brasil-vai-ficar-com-quase-metade-da-cota-para-carne-bovina/>

155 Idem

156 European Commission, "Agreement in Principle / Portuguese":
https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158250.pdf

157 Valor Econômico, "Brasil poderá ampliar exportações de frango in natura":
<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/07/08/brasil-podera-ampliar-exportacoes-de-frango-in-natura.ghtml>

158 Idem.

159 Avinews, "Mercosul: países negociam divisão da cota de carne de frango do acordo com a UE"
<https://avicultura.info/pt-br/mercosul-ue-cota-carne-de-frango/>

160 European Commission, "Agreement in Principle / Portuguese":
https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158250.pdf

161 G1, "Bolsonaro assina projeto com regras para mineração e geração de energia em terras indígenas": <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-para-regulamentar-mineracao-e-geracao-de-energia-em-terras-indigenas.ghtml>

162 BBC Brasil, "Os 5 principais pontos de conflito entre governo Bolsonaro e indígenas":
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51229884>

163 Folha de S. Paulo, "Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil":
<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>

164 UOL, "Governo exonera chefes da fiscalização do Ibama; servidores veem retaliação":
<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/30/ibama-exoneracoes-amazonia.htm>

165 Globo Rural, "Bolsonaro assina decreto que muda zoneamento para a cana":

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2019/11/bolsonaro-assina-decreto-que-muda-zoneamento-para-cana.html>

166 Folha de S. Paulo, "Pantanal tem pior outubro de queimadas da história e fogo cresce 121% na Amazônia": <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/pantanal-tem-pior-outubro-de-queimadas-da-historia-e-fogo-cresce-121-na-amazonia.shtml>

167 Repórter Brasil, "Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país": <https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>

168 Repórter Brasil, "Desmatamento na Amazônia: controle de supermercados sobre fornecedores irregulares de carne bovina é falho, dizem entidades": <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/desmatamento-na-amazonia-controle-de-supermercados-sobre-fornecedores-irregulares-de-carne-bovina-e-falho-dizem-entidades/>

169 LSE, "Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur" (P. 90): https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2020/july/tradoc_158889.pdf

170 European Commission, "Chapter: Trade and Sustainable Development": https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158166.%20Trade%20and%20Sustainable%20Development.pdf

171 Idem

172 Idem

173 One Earth, "Inclusion, Transparency, and Enforcement: How the EU-Mercosur Trade Agreement Fails the Sustainability Test": [https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(20\)30422-X](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(20)30422-X)

174 MAPA/EMBRAPA, SISBOV: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_157_21720039244.html

175 Misereor, Greenpeace, Fase, DKA, CIDSE, "Acordo UE-Mercosul: Ameaça para a proteção do clima e dos direitos humanos" (P. 30): https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Relatorio_Acordo_Mercosul_UE_Out2020.pdf?_ga=2.226594461.144122548.1605020570-823539120.1602614534

176 Idem (P. 30-31)

177 One Earth, "Inclusion, Transparency, and Enforcement: How the EU-Mercosur Trade Agreement Fails the Sustainability Test": [https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(20\)30422-X](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(20)30422-X)